



## CPI dos Cartões: relatório final sai na terça

A presidente Marisa Serrano (entre o vice Marcelo Melo e o relator Luiz Sérgio) anunciou a apresentação do relatório para esta terça-feira, às 10h. Luiz Sérgio deve decidir se inclui no texto propostas dos sub-relatores, como a obrigatoriedade de devolução em dobro dos gastos irregulares feitos com cartões do governo.

PÁGINA 11

# JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal)

Ano XIV – Nº 2.815/175 – Brasília, 2 a 8 de junho de 2008 EDIÇÃO SEMANAL

## Governo quer redistribuir dinheiro do Sistema S

PÁGINAS 8 E 9

### Senadores regularizam trabalho de bóia-fria

O Plenário referendou a Medida Provisória 410/07, que permite a contratação de trabalhador rural, por dois meses no máximo, sem registro na carteira de trabalho. A proposta também dá novo prazo, até 2010, para trabalhadores rurais empregados e autônomos requererem aposentadoria por idade.

PÁGINA 3

FELIPE FERRERA/FICKR



Governo e oposição comemoraram aprovação da medida que simplifica a contratação de mão-de-obra temporária no campo

### Atuação policial com respeito ao cidadão

A polícia deve fazer seu trabalho sem desrespeitar os direitos humanos. Por isso, a própria Assembléia Geral das Nações Unidas definiu normas de uso de armas e conduta policial. Veja nesta edição como se comportar no relacionamento com a polícia.

PÁGINA 16

### Plenário acata ampliação de programa para segurança

Senadores acolheram texto oriundo de medida provisória destinada a aumentar o alcance do Pronasci. O Plenário aprovou ainda alterações no Estatuto do Desarmamento – objeto de outra MP – que incluem prazo maior para cadastrar armas.

PÁGINA 4

### Projeto autoriza diferença de preço para venda à vista

Projeto do senador Adelmir Santana permite a fixação de preço diferente, em relação à compra à vista, na venda de produtos pagos com cartão de crédito. A legislação atual proíbe a cobrança de preços divergentes nas duas modalidades de compra.

PÁGINA 7

Congresso recebe esta semana proposta de Fundo Soberano

PÁGINA 5

Comissão debate novo marco regulatório para o petróleo

PÁGINA 2

### e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

PERGUNTE AO SENADOR

AGORA É LEI

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13

Impresso Especial  
5362005/DR/BSB  
SENADO FEDERAL





**TRABALHO** Senado e Câmara aprovam, com emendas, MP sobre aposentadoria rural e contratação de safristas



Trabalhadores rurais acompanham votação da MP 410/07, que também amplia prazo para requerimento de aposentadoria por idade

## Aprovada MP que simplifica contratação de bóia-fria

Em um resultado comemorado tanto pelo governo quanto pela oposição, o Plenário aprovou, com duas emendas apresentadas pelo relator Flávio Arns (PT-PR), a Medida Provisória 410/07, que cria mecanismo simplificado para a contratação de trabalhador rural por períodos de curta duração, de no máximo dois meses, dentro do período de um ano, sem a necessidade de registro do contrato na carteira de trabalho. A proposta também dá novo prazo – até 31 de dezembro de 2010 – para trabalhadores rurais empregados e autônomos (contribuintes individuais) requererem aposentadoria por idade, fixada em 65 anos para homens e 60 para mulheres.

A MP modificada, transformada em projeto de lei de conversão (PLV 8/08), retornou à Câmara dos Deputados, onde foi aprovada na quarta-feira sem alterações e seguiu à sanção do presidente da República. Valeu, assim, o esforço do Executivo para evitar que a MP – na verdade, a terceira tentativa de mudar as regras sobre o tema (veja o quadro) – perdesse a vigência em 1º de junho.

Uma das emendas acaba com a obrigatoriedade de anotar na carteira de trabalho essa contratação. Além de o empregador ter de registrar a contratação em seu relatório mensal enviado à Previdência Social (conhecido como Gfip), ele deverá escolher outro instrumento de formalização – que pode ser a anotação na carteira, em ficha ou livro de registros de empregados, ou por contrato escrito (único dependente de expressa autorização em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho).

Com a segunda emenda, o trabalhador rural poderá contar como tempo de serviço, para aposentadoria por idade, outras

atividades não relacionadas diretamente à sua profissão, como o exercício de mandato de dirigente sindical; o tempo gasto em atividades de parceria ou meação no trato da terra; a atividade artesanal feita com matéria-prima produzida pelo seu grupo familiar; ou a atividade artística, desde que a remuneração seja inferior a um salário mínimo.

### Temor de incentivo ao trabalho escravo

A polêmica maior em torno da MP surgiu por causa de um dispositivo que poderia dificultar o combate ao trabalho escravo. No texto original (*confira no box*), a medida liberava as contratações temporárias no meio rural e dispensava o registro em carteira dos chamados safristas – trabalhadores contratados apenas durante as colheitas. Essa posição do governo agradou à bancada ruralista, mas rendeu críticas, por exemplo, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A entidade declarou que a MP estaria “fazendo-nos voltar ao tempo em que as relações trabalhistas no campo eram tidas como menos importantes do que as dos centros urbanos”.

Dos dois lados do embate político houve motivo para comemorações, ainda que não unânimes. “O trabalhador rural não será prejudicado”, assegurou o líder da Minoria no Senado, Mário Couto (PSDB-PA). Para Romero Jucá (PMDB-RR), que comanda a bancada governista na Casa, a MP melhora a situação no campo. Mas José Nery (PSOL-PA), contrário à aprovação do projeto, acredita que, mesmo com alterações, as relações trabalhistas no campo ainda podem ser prejudicadas.

– Temo que seja uma porta aberta para uma desregulamentação, com graves conseqüências aos direitos conquistados com muita luta – afirmou Nery.

## Contag aplaude a medida, mas OAB faz críticas

A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) também negociou com o relator Flávio Arns para que deixasse de apresentar algumas emendas ao texto aprovado na Câmara, como forma de apressar a votação no Senado. A secretária de Políticas Sociais da Contag, Alessandra Lunas, atribuiu a aprovação do projeto à mobilização da categoria.

– Isso é fundamental para mostrar a nossa força ao Congresso – disse ela.

A entidade, em nota, repudiou as acusações de que a MP 410 poderia prejudicar as relações de trabalho no campo. Para a confederação, ao contrário, o texto original ampliaria os direitos dos assalariados rurais.

“Hoje, existem no campo brasileiro 3.334.975 assalariados e assalariadas rurais sem Carteira

de Trabalho e Previdência Social assinada”, alega a Contag em nota à imprensa. Para a entidade, a medida provisória não abriu mão de nenhum direito. Apenas prevê, claramente, que o contrato de trabalho só é válido se o empregador pessoa física efetuar o recolhimento das contribuições previdenciárias e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) do trabalhador.

Posição oposta assumiu a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ao analisar o texto original da MP, quando de sua publicação. O diretor do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante Júnior, considerou a medida “altamente discriminatória aos trabalhadores rurais em relação aos trabalhadores urbanos”, o que feriria o princípio constitucional da isonomia, além de dificultar a fiscalização pelo Ministério do Trabalho.



Flávio Arns (E), com Romero Jucá e Kátia Abreu, apresentou duas emendas à MP, aprovadas semana passada também na Câmara

## Alvaro: “Governo se apropria de idéias do Parlamento”

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou duramente o governo por editar MP sobre os prazos de aposentadoria rural, lembrando que ele é autor de um projeto (PLS 56/07) sobre o assunto, apresentado em março do ano passado. Para o senador, o Executivo parece “transformar-se em ladrão de idéias do Parlamento”.

Outro projeto sobre o mesmo tema, já pronto para votação no Plenário da Câmara, acabou atropelado pela chegada da sucessão de MPs editadas pelo presidente Lula. Trata-se do PL 1.367/07, do deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG).

Mais um ponto criticado por Alvaro Dias é o “hábito constante

do governo”, segundo ele, “de inserir matérias as mais contraditórias possíveis no corpo de uma mesma MP”. O líder da Minoria, Mário Couto (PSDB-PA), também condenou esse hábito, que chamou de votação “de afogadilho”.

As críticas de Kátia Abreu (DEM-TO) à proposta, por sua vez, foram ao conteúdo do projeto, que a seu ver segmenta classes, e “discrimina os trabalhadores das agroindústrias”, já que apenas pessoas físicas podem contratar de forma simplificada. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), aproveitou a discussão para exigir a distribuição dos relatórios das MPs com pelo menos 24 horas de antecedência.

## Entenda o caso

A MP 410/07 nasceu da necessidade de incluir na seguridade social os trabalhadores rurais contratados para prestarem serviços de natureza temporária (bóias-frias ou safristas). Com contratos sem registro formal – em sua maioria –, eles acabam ficando sem amparo previdenciário, dada a dificuldade de comprovar vínculo trabalhista e o recolhimento da contribuição previdenciária, requisitos, desde 1991, para que possam solicitar a aposentadoria por idade.

Levando em conta a sazonalidade inerente à atividade econômica rural, a MP propôs mecanismos para incentivar e facilitar a formalização dos contratos de trabalho. A ideia foi criar a modalidade de contrato de trabalhador rural por pequeno prazo (ou seja, por 60 dias), permitindo que o produtor, pessoa física, contrate mão-de-obra por prazo não superior a dois meses dentro do período de um ano.

Para ter acesso aos benefícios da aposentadoria e pensões rurais, o trabalhador em caráter eventual é enquadrado na Previdência Social como “segurado contribuinte individual”. Devem ser recolhidos pelo tomador dos serviços (o produtor rural que o contrata) 8% sobre os vencimentos para a Previdência Social e outros 8% ao FGTS.

Pela MP, o prazo final para que os trabalhadores rurais empregados requeiram a aposentadoria por idade, recebendo o equivalente a um salário mínimo, foi estendido até 31 de dezembro de 2010. A Lei 8.213/91 fixara o prazo até 24 de julho de 2006.

### Idas e vindas do governo

A aposentadoria dos trabalhadores rurais e autônomos, abordado pela MP 410/07, já foi tema de outra medida provisória polêmica: a 385/07, revogada para acelerar a votação na Câmara, no ano passado, da proposta de emenda constitucional que prorrogava a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Essa MP 385 acabou revogada por outra, a MP 397/07, que também foi revogada para acelerar a votação da CPMF, desta vez no Senado, e já em dezembro. A CPMF, como se sabe, acabou rejeitada pelo Plenário do Senado há seis meses.

### Números

**3.334.975** brasileiros trabalham no campo sem carteira de trabalho assinada

Isso equivale a **60%** dos trabalhadores rurais (temporários, permanentes, diaristas ou bóias-frias)

Fonte: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Desde **2005**, **621** ações de combate ao trabalho escravo libertaram mais de **27 mil** trabalhadores em todo o país.

Fonte: Ministério Público do Trabalho

## PLENÁRIO

# Pronasci muda para ampliar segurança

O Plenário do Senado enviou à sanção presidencial o projeto de lei de conversão (PLV 11/08) originado da medida provisória (MP 416/08) que modificou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) para ampliar e intensificar o alcance do programa que articula ações de prevenção, controle e repressão da criminalidade, por meio do estabelecimento de políticas sociais e ações de proteção às vítimas.

O relator, senador Valter Pereira (PMDB-MS), destacou que as mudanças no Pronasci vão valorizar intervenções de reintegração de pessoas envolvidas com a criminalidade. Os senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Mário Couto (PSDB-PA) também elogiaram as modificações.

O projeto que modificou a legislação estabelece que o Pronasci deve intensificar e ampliar medidas para enfrentar o crime organizado e a corrupção policial, garantir o acesso da Justiça a áreas vulneráveis, ressocializar pessoas que cumprem penas privativas de liberdade por meio de projetos educativos, esportivos e profissionalizantes e promover estudos e pesquisas sobre violência que levem em conta questões étnicas, de gênero, raciais, geracionais e de orientação sexual.

A prioridade do Pronasci deve ser para projetos destinados à população juvenil de 15 até 24 anos. O foco social é o de jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de



Arthur Virgílio, líder do PSDB, e Romero Jucá, líder do governo: Plenário aprovou cinco medidas provisórias que trancavam a pauta

violência. O foco territorial deve estar voltado para regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos, enquanto o foco repressivo é voltado para o combate ao crime organizado.

As diretrizes gerais do Pronasci, de acordo com o PLV,

passam a ser, entre outras, a promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, apoio ao desarmamento e combate sistemático aos preconceitos; criação e fortalecimento de redes sociais comunitárias; e modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional.

## Novas regras simplificam o registro de armas

O Plenário do Senado alterou na semana passada o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), conjunto de regras em vigor desde 2003 voltadas para o controle de porte de armas no país. Entre as principais mudanças estão a prorrogação até 31 de dezembro deste ano do prazo para registro de armas na Polícia Federal; a possibilidade de entrega voluntária de armas em qualquer tempo, mediante indenização e

presunção de boa-fé; a retomada da campanha de regularização de registros em condições mais favoráveis e a permissão do porte de arma para os agora denominados "caçadores de subsistência".

As alterações constam de projeto de lei de conversão (PLV 12/08) proveniente da MP 417/08. Aprovado sem alterações, o PLV vai à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O relator Raimundo Colombo (DEM-SC) destacou que o PLV desburocratiza o registro de armas. Segundo ele, a legislação continha entraves burocráticos que deixaram o registro em níveis medíocres. Ele também elogiou a nova tabela de valores para o registro (*ver à esquerda*), já que os valores cobrados atualmente "não são razoáveis". As taxas abusivas, para Colombo, foram o principal motivo para que o recadas-

tramento feito pela PF tenha atingido apenas 400 mil armas das estimadas 14 milhões em circulação. Outras 450 mil foram entregues voluntariamente.

– Com a atual legislação, o Brasil se tornaria o maior mercado ilegal de armas leves no mundo – afirmou o senador, lembrando ser a Polícia Federal a maior interessada no fim dos empecilhos criados para o registro de armas.

O relator elogiou a nova redação do artigo 32, que elimina a punição ao cidadão que entregar voluntariamente uma arma sem registro. Além disso, a entrega da arma será indenizada.

A validade da MP iria expirar nesta quarta-feira, dia 4. Por conta disso, duas emendas sugeridas por Aloizio Mercadante (PT-SP) serão tratadas posteriormente em projetos de lei, já que, se aprovadas, forçariam novo exame pela Câmara.

Mercadante quer incluir entre as categorias profissionais com direito a porte de arma os agentes penitenciários – excluídos nas discussões na Câmara – e agentes da Fundação Nacional do Índio (Funai) que trabalham na mata.

## Incentivos fiscais para portos valem até 2011

Foi prorrogado para 31 de dezembro de 2011 o prazo para aquisição de máquinas e equipamentos com isenção fiscal por meio do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto). A proposta, que seguiu para a sanção presidencial, está prevista em projeto de lei de conversão (PLV 10/08) oriundo da MP 412/07, aprovada semana passada em Plenário.

O texto aprovado não contém as emendas sugeridas pela relatora, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que recebeu garantias do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), de que será alterada uma resolução da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

A Resolução 517/05 exige que os interessados em investir em portos mistos (com participação pública e privada) disponham de mercadoria própria que jus-

tifique o empreendimento. Para contornar a exigência, uma das emendas de Kátia Abreu estabelecia que esses portos poderiam movimentar cargas próprias ou de terceiros livremente, conforme já previsto pela Lei 8.630/93, que trata do regime jurídico de exploração dos terminais.

Jucá exibiu carta em que a Antaq garante estar analisando desde julho de 2007 a eliminação de possíveis restrições. A agência também argumenta que qualquer alteração deverá ser discutida em audiência pública antes de entrar em vigor, conforme determina a legislação.

Criado pela Lei 11.033/04 e extinto em dezembro de 2007, o Reporto isenta a compra de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens, no mercado interno ou externo, do pagamento do impostos e contribuições como o IPI, PIS, Pasep e Cofins, quando adquiridas pelos beneficiários do programa.

## Senado aprova reposição parcial de perdas da CPMF

O aumento de 9% para 15% da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos e das empresas de seguros privados e de capitalização foi aprovado pelo Plenário. O projeto de lei de conversão (PLV 14/08, oriundo da MP 413/08) vai à sanção presidencial e faz parte do pacote tributário adotado pelo governo para compensar parcialmente a queda da arrecadação com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimento Financeira (CPMF).

O PLV também reduz a zero as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na compra de veículos destinados ao transporte escolar rural.

Representantes da oposição, como o líder do DEM, José Agri-

pino (RN), e o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), protestaram contra o que consideraram um aumento da carga tributária, especialmente o aumento da CSLL para o setor financeiro. Agripino lembrou que o partido questionou a constitucionalidade da proposta no Supremo Tribunal Federal (STF). Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) teme que os bancos passem o custo aos clientes e tomadores de empréstimos.

Em defesa do projeto. Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que a medida trouxe mais equilíbrio ao quadro tributário, porque desonerou o setor produtivo, inclusive para exportação e inovação tecnológica, e ampliou o recolhimento do setor financeiro, que está em melhores condições que os demais.

**Oposição teme que medidas aumentem ainda mais a carga tributária**

## Mozarildo critica nova contribuição para saúde

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou em Plenário na sexta-feira a criação da Contribuição Social sobre a Saúde (CSS), proposta que está em votação na Câmara dos Deputados. Para ele, a CSS, na verdade, "é a CPMF em pele de cordeiro".

– Espero que no Senado esse calote sobre o salário do povo não passe. Que não deixemos passar, como não deixamos passar a CPMF – disse.

Mozarildo afirmou ainda que, caso seja criada, a CCS será questionada no Supremo Tribunal Federal por se tratar de imposto cumulativo.

Mozarildo argumentou ainda que a criação ou aumento de qualquer imposto não se justifica no momento em que o Brasil registra superávit. Segundo ele, a arrecadação do governo este ano pode chegar a R\$ 40 bilhões.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, defendeu como mais adequada para repor a receita da CPMF uma contribuição que ampliasse a taxação de cigarros e bebidas. Mas ele considerou que a medida, se passar na Câmara, como é provável, deve ser aprovada no Senado sem muita dificuldade.

### Confira as taxas para registro de armas

SITUAÇÃO	LEI ATUAL	NOVA LEI
Registro de arma de fogo	R\$ 300	Gratuito * ou R\$ 60
Renovação do certificado de registro de arma de fogo	R\$ 300	Gratuito * ou R\$ 60
Registro de arma de fogo para empresa de segurança privada e de transporte de valores	Gratuito	R\$ 60
Expedição de segunda via de certificado de registro de arma de fogo	R\$ 300	R\$ 60
Expedição de segunda via de porte de arma de fogo	R\$ 1.000	R\$ 60

\* O registro de arma e renovação serão gratuitos até 31 de dezembro de 2008, passando a custar R\$ 60 após esta data

**ORÇAMENTO** Ministro da Fazenda garante a Casagrande que governo enviará esta semana proposta ao Congresso

J. FREITAS



Serys, Leomar Quintanilha, Pagot e Dóris Coutinho debatem controle público na CMA

## Por um Orçamento mais transparente

Após ter participado do terceiro encontro do ciclo de debates “Controle público – instrumento de cidadania”, promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Serys Shessarenko (PT-MT) defendeu, na semana passada, uma série de medidas que “contemplem a transparência e a fiscalização” do Orçamento da União. O tema do encontro foi “O Poder Legislativo e os procedimentos de sanção à corrupção e à má gestão pública – o que se faz, o que se pode fazer”.

Entre as medidas propostas por Serys estão o fortalecimento das comissões de fiscalização e controle na Câmara e no Senado, a criação de uma comissão mista e a instituição de mecanismos de acompanhamento permanente da execução física, financeira e orçamentária dos principais programas do governo. Relatora do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009, Serys propôs ainda a discussão do orçamento impositivo, pelo qual o Executivo seria obrigado a cumprir o Orçamento como ele for aprovado pelo Congresso.

Para a senadora, também é necessário limitar as possi-

bilidades de apresentação de emendas e “devem ser priorizadas as emendas coletivas, em detrimento das individuais”.

Para o procurador regional da República José Adércio Sampaio (da 1ª Região), o controle da gestão pública tem que ser democrático, com o Congresso exercendo o papel formal e a sociedade, o informal. Segundo explicou, a legislação brasileira é “extremamente avançada, mas tem muitas brechas e furos”.

A mesma opinião tem a presidente do Tribunal de Contas do Tocantins, Dóris Coutinho, para quem parte dos erros que prejudicam a eficácia do controle externo dos órgãos públicos advém do desconhecimento da própria legislação. No entanto, o que mais falta aos tribunais de contas, segundo ela, são mecanismos que garantam a efetividade das sanções por atos irregulares.

O secretário adjunto de Contas do Tribunal de Contas da União (TCU), Laércio Mendes Vieira, destacou que a Constituição assegura ao TCU, em qualquer momento, atuar de forma prévia, concomitante e posterior; isto é, atuar de forma preventiva e repressiva.

Serys lembrou que tramita na

Casa proposta de sua autoria que substitui esses tribunais por uma nova estrutura, subordinada ao Legislativo (PEC 90/07).

Por sua vez, o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot, considerou importante que – sem prejuízo da responsabilização dos culpados por má gestão ou corrupção – as obras públicas em andamento não sofram interrupção por dificuldades como falta de orçamento e problemas sazonais.

### Papel da imprensa na investigação

No encontro, Renato Casagrande (PSB-ES) declarou que “a imprensa se transformou hoje no principal meio e instrumento de controle, mas às vezes promove um campeonato de escândalos”.

Já o jornalista Ribamar Oliveira, de *O Estado de S. Paulo*, argumentou que os eventuais prejudicados devem recorrer à Justiça. Ele deixou aos parlamentares três sugestões para melhorar a transparência na gestão de gastos públicos: tornar o Orçamento mais “realista”, garantir maior acesso aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e tornar mais efetivas as prestações de contas dos convênios feitos com recursos públicos.

# Mantega anuncia Fundo Soberano

O projeto de lei com a criação do Fundo Soberano do Brasil (FSB) chegará ao Congresso nesta semana, em regime de urgência. Foi o que garantiu o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a Renato Casagrande (PSB-ES).

O senador acertou com Mantega que o assunto será debatido no Senado enquanto a proposta tramitar na Câmara. Para tanto, requerimento de Casagrande deve ser incluído na pauta de deliberações da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) desta terça-feira. O objetivo é realizar audiência com economistas de grande reconhecimento e com experiência de governo. O senador deve discutir também projeto que apresentou em fevereiro, e aguarda relator na CAE, propondo a criação de um fundo soberano que poderia usar parte das reservas internacionais que excedessem a 10% do produto interno bruto (PIB) do ano anterior (PLS 39/08).

Outro requerimento para discutir o FSB deve ser votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) nesta quarta-feira. A relatora do projeto da LDO, Serys Shessarenko (PT-MT), quer realizar audiência com representantes da indústria e do sistema financeiro, do Banco Central e do Ministério da Fazenda. A relatora

pretende debater também a utilização dos recursos que excederem a meta do superávit fiscal.

Guido Mantega anunciou na última sexta-feira que os recursos do fundo, cerca de R\$ 13 bilhões, virão de economia adicional de 0,5% do PIB, elevando a meta do superávit primário de 2,2% para 2,7% do PIB. “A maior preocupação do governo é com o controle da inflação e a busca de ambiente que evite aumentos sucessivos nos juros básicos da economia [Selic]”, afirmou Renato Casagrande.

O fundo terá característica fiscal, ajudando a enxugar os reais em circulação na economia. Poderá adquirir títulos do BNDES no exterior, que, por sua vez, financiará exportadores brasileiros.



Casagrande tem projeto sobre o mesmo tema tramitando na Casa desde fevereiro

## Projeto do governo buscará enxugar economia interna

Os fundos soberanos surgiram em países exportadores de recursos naturais. O do Kuwait, grande produtor de petróleo, foi o primeiro a ser criado, em 1953. A característica era a utilização de parte das reservas internacionais.

Embora o Brasil seja apontado como a oitava maior reserva internacional do mundo, com US\$ 198,7 bilhões em caixa, a proposta anunciada pelo governo não deve usar parte dessa poupança. O objetivo se-

ria enxugar a economia interna por meio de recursos fiscais, aproveitando o que exceder a meta do superávit primário. Os recursos seriam convertidos em dólares para aplicações estratégicas no exterior, como a promoção de exportações.

Seriam operações mais rentáveis do que as realizadas com as reservas, diz Casagrande, pois a maior parte está aplicada em títulos do Tesouro norte-americano, que rendem cerca de 4,5% ao ano.

## Medida renegocia dívidas de agropecuaristas

O Poder Executivo enviou para a Câmara, na última quarta-feira, a Medida Provisória 432/08, que renegocia R\$ 75 bilhões do saldo devedor dos agropecuaristas. Esse montante representa 85,7% do total da dívida, avaliada em R\$ 87,5 bilhões. A proposta deve atingir a renegociação de até 2,8 milhões de contratos.

A MP passa a trancar, a partir de 12 de julho, a pauta da Casa onde estiver tramitando (a Câmara ou, se já tiver passado pelo crivo dos deputados, o Senado).

O objetivo da MP é estimular a liquidação ou a regularização de dívidas originárias de crédito rural e de crédito fundiário, além

de instituir mecanismos destinados a aperfeiçoar a concessão de financiamentos para atividades agropecuárias e agroindustriais. A iniciativa favorece agricultores familiares, produtores rurais e suas cooperativas.

Com a medida, o governo quer facilitar a liquidação das operações efetuadas nas décadas de 80 e 90, concedendo descontos para liquidação antecipada, além de reduzir os saldos devedores com a retirada dos encargos por falta de pagamento. Tudo somado, os ganhos dos agricultores podem chegar a R\$ 9 bilhões, segundo o governo.

Para evitar um novo acúmulo

de dívidas, o Executivo também está reduzindo os encargos financeiros de alguns programas mais recentes de investimento rural e os custeios prorrogados. Também concederá, para os mutuários com dificuldade de pagamento, prazos adicionais para a amortização dessas operações.

O governo argumenta que é “oportuno e inadiável” equacionar o endividamento de contingente substancial de produtores rurais, tendo em vista que o mundo se depara com um cenário de preços agrícolas em alta, sobretudo pela demanda crescente dos países em desenvolvimento por alimentos.

## Prevenir inflação é melhor que combatê-la, diz Meirelles

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmou que o custo de combater a inflação “de forma preventiva” é muito menor para o país do que combatê-la depois de sua disseminação pela economia, sinalizando que o Comitê de Política Monetária (Copom) tende a aumentar a taxa básica de juros em reunião marcada para esta semana.

Em debate na Comissão Mista de Orçamento (CMO), Meirelles sustentou que “começou a arrefecer” a crise de crédito internacional, que trouxe prejuízos

financeiros estimados em US\$ 400 bilhões.

Os riscos de uma estagnação econômica com inflação “hoje são muito menores, graças à independência dos bancos centrais”, que “têm mais compromisso com a estabilidade”, segundo Henrique Meirelles.

Sobre a criação do Fundo Soberano, Meirelles sustentou que este não irá usar as reservas externas do Brasil e que os dólares serão comprados com dinheiro proveniente da arrecadação de impostos.

ENTREVISTA Senadora considera “irresponsável e ridícula” tentativa de vincular biocombustível a alta de preços

Kátia Abreu

# Brasil pode liderar produção de alimentos

**N**ome forte na bancada ruralista do Congresso Nacional, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que em fevereiro completou um ano no exercício do mandato, assumiu com a disposição de se esforçar “para entender um pouco de cada coisa”. Foi assim que ela apostou alto como relatora da proposta que prorrogava a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), derrubada pelo Senado em dezembro de 2007, numa das maiores derrotas do governo Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso.

Depois de chegar à Câmara dos Deputados, em 2000, onde presidiu a Frente Parlamentar da Agricultura no Congresso, Kátia Abreu agora trabalha para assumir a presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da qual é vice-presidente.

Sua ligação com o campo começou aos 25 anos, quando terminava a faculdade de Psicologia e, grávida de dois meses, foi surpreendida pela morte do marido em um acidente aéreo. Para sustentar os filhos (um de quatro anos, outro de um ano e o terceiro a caminho), tornou-se empresária rural. Confira nesta edição os principais trechos de sua entrevista à Agência Senado.

**Agência Senado – A tentativa de se relacionar o programa brasileiro de produção do biodiesel com a alta generalizada do preço dos alimentos em todo o mundo não passou de um equívoco ou a senhora detecta, nesses fatos, a ação de concorrentes?**

**Kátia Abreu** – Com certeza! Essa acusação chega a ser irresponsável e ridícula. Dos 850 milhões de hectares agricultáveis no Brasil, temos 0,7% plantado com cana-de-açúcar. Se tivermos um aumento de 30% dessa área, estamos mexendo com nada em vista do que as possibilidades nos permitem. O que incomoda muito é que em todos os estudos que temos em mãos, em nível mundial, o Brasil, realmente, é a única fronteira agrícola que ainda tem espaço para aumentar sua produção.

**A crise no setor de alimentos deve preocupar todos os governos, ainda que em graus distintos, independentemente de se tratar de países ricos ou pobres?**

De fato, há problemas diversos em relação a essa questão. Primeiro, nós tivemos um aumento de consumo nos países emergentes, devido ao aumento da renda das pessoas. Segundo, houve um encarecimento dos produtos porque tivemos um aumento exorbitante do petróleo, que significa fertilizante e transporte mais caros, e que chegou a US\$ 120 o barril. Terceiro, temos a questão do milho nos Estados Unidos, que ampliaram sua área plantada, deixando de cultivar soja e trigo. Quarto, com a crise americana no mercado da construção civil, muitos desses investidores redirecionaram seus investimentos para as *commodities*, o que também empurrou os preços para cima. Também tivemos problemas climáticos em algumas regiões, como na Austrália, em países da União Européia, e, principalmente, na Rússia.

**Qual seria o papel reservado ao Brasil dentro desse quadro de dificuldades que o setor está sofrendo, em nível mundial?**

O Brasil é o único país do mundo que tem fronteiras a serem abertas para poder alimentar com custos baixos e com alta produtividade. O Brasil hoje produz 140 milhões de toneladas de grãos (40 milhões são exportados), utilizando para isso 55 milhões de hectares. Se eu passar a produzir mais 100 milhões de hectares, vou produzir três vezes mais

e vou conseguir alimentar cerca de 350 milhões de pessoas. Sem falar que nós ainda temos pastagens degradadas e áreas que legalmente podem ser abertas preservando as reservas legais, reservas permanentes.

**Quais são os entraves que impedem a agricultura brasileira de atingir esse vigor?**

Temos que aproveitar as necessidades alheias. O mercado é isso: falta em algum lugar, o outro abastece. Se somos um país promissor, com capacidade para abastecer o mundo, temos até a obrigação moral de contribuir. É claro que nisso tem ganho de dinheiro, de capital, mas isso não é crime. Mas temos algumas dificuldades para alcançar esses patamares. Dificuldades não do produtor rural. Da porteira para dentro, conseguimos fazer o nosso dever de casa. O grande problema é da porteira para fora.

**Onde está o gargalo?**

São vários. Em primeiro lugar, logística.

Nós não temos transporte que possa ser competitivo. Enquanto o mundo inteiro está investindo, em primeiro lugar, em hidrovias, em segundo, em ferrovias, e em terceiro, em rodovias, a nossa matriz de transporte está invertida. Nós estamos investindo quase 80% em rodovias. Se você transportar uma tonelada por mil quilômetros de rodovia, você gasta US\$ 42; em ferrovia, serão US\$ 26 e, em hidrovia, são US\$ 18. Importantes as rodovias são, mas como braços para fazer os produtores chegarem às hidrovias e ferrovias.

**E o governo acena com alguma mudança para a situação dos portos?**

O PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] prevê investimentos no valor de R\$ 2,7 bilhões em portos, no período de quatro anos. Nós temos 14 empresas que querem investir US\$ 10,8 bilhões em portos e a legislação brasileira não deixa porque existe uma “resoluçãozinha” da Agência Nacional de Transportes Aquaviários [Antaq], de outubro de 2005, que diz que “você só pode fazer o porto se o investimento justificar que você tem carga própria para exportar. Você não pode exportar de terceiros mais do que 5%”. Não tem meia dúzia de empresas no país que tenha produção própria para exportar. A resolução contrariou a Lei dos Portos e o artigo 21 da Constituição federal.



LEOPOLDO SILVA

Nós, agora, vamos destruí-la através da aprovação da [MP] 412, se Deus quiser (veja página 4).

**O jornal Financial Times, de Londres, apontou o Brasil como uma solução óbvia, mas esquecida, para a alta global dos preços dos alimentos. Trata-se de uma perspectiva animadora ou isso é preocupante, já que países como a China se pronunciaram interessados em comprar terras no Brasil com vistas à produção de biodiesel?**

É supernatural essa perspectiva desse mercado e assim funciona com qualquer produto. Se falta o produto, se o produto está sendo demandado, se o custo de produção está alto, se eu não tenho mais lugar para produzir na minha fábrica, eu vou atrás de outra fábrica. No caso, é a fábrica a céu aberto que é a produção de alimentos. Nada mais natural que esses empresários direcionem seus investimentos para os lugares propícios para aquilo que está faltando. Acho muito interessante!

**Nesse caso, qual deveria ser a atitude do governo brasileiro?**

O Estado brasileiro não tem que proibir. Ele tem de regular como fazer, colocar normas e limites.

**A Organização das Nações Unidas apelou aos países ricos para que aumentassem suas doações. A senhora considera essa estratégia eficaz?**

Eu acho que não deviam doar nada para ninguém, não. Deviam acabar com o subsídio. Quando eles acabarem com o subsídio, não agüentarão competir conosco, com a Argentina, com o Uruguai e com vários países africanos. Eles gastam US\$ 1 bilhão por dia com subsídios.

**E quanto à proposta de o Brasil abrir seu mercado para produtos manufaturados e, em contrapartida, os europeus e americanos reduzirem os subsídios pagos aos seus produtos agrícolas?**

Acho importante que isso aconteça. Acredito que tenha que haver perdas e ganhos. Se o Brasil é competitivo na produção de alimentos – é imbatível! –, para que vai brigar para produzir aquilo em que não tem competência? Nós temos que trabalhar para fortalecer a indústria nacional e temos que expandir

o nosso mercado, porque não adianta a gente produzir muito alimento e depois não ter para onde mandar.

**Qual a relação que se pode estabelecer entre o desempenho da agricultura brasileira e o projeto de reforma agrária do governo?**

Não vejo relação. Nós temos muitas pequenas propriedades que são produtivas em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Paraná, que são modelos de aplicação de tecnologia num nível bastante avançado, assim como também na formação administrativa. São produtores que, na sua grande maioria, aproveitam os nichos de mercado e fazem a diferença. No mundo inteiro, fora esses nichos, a pequena propriedade só sobrevive com ajuda do subsídio.

**E quanto à reforma agrária?**

Acho uma tristeza esses assentamentos e o que fazem com essas pessoas. Não existe uma reforma agrária. Esses movimentos sociais perderam o rumo, o objetivo. O foco deles é outro: é o comunismo, uma coisa do passado; é transformar o Brasil em Cuba. Isso é tão atrasado que eu nem discuto, nem faz parte do meu discurso. Em meu estado, sou votada em grande parte desses assentamentos.

**No que consiste a principal falha dessa política agrária?**

Na cabeça dos governantes – todos, geralmente, de formação urbana –, um pedaço de terra é o suficiente. Na realidade, quando eles ganham a terra, em vez de os problemas estarem resolvidos, é aí que começam todos os outros: técnicos, de mercado, de produtividade, de escala, de mão-de-obra, enfim, é uma dificuldade tremenda.

**E qual seria a saída para a pequena propriedade?**

Gostáramos que a pequena propriedade fosse inserida no agronegócio. Se fizessemos uma moratória com os assentamentos que existem hoje, e não criássemos mais nenhum, mas, em compensação, equipássemos todos eles com infra-estrutura e déssemos assistência técnica... É assim que o Primeiro Mundo faz. O pequeno proprietário tem de ser subsidiado.

**Acho uma tristeza esses assentamentos. Não existe reforma agrária**

**CONSUMIDOR** Para o senador Adelmir Santana, igualdade prejudica consumidores e lojistas e só beneficia bancos

# Projeto acaba com preços iguais à vista ou no cartão

No Brasil, é proibida a cobrança de preços diferentes para um mesmo produto ou serviço, caso o pagamento seja feito com cartão de crédito ou à vista. A explicação é que, à luz do Código de Defesa do Consumidor (CDC), ambas as modalidades são consideradas pagamento à vista.

Mas tal proibição tem sido questionada por gerar, segundo seus críticos, um subsídio cruzado, dos indivíduos que não pagam com cartão para aqueles que pagam. Isso ocorre porque, para o lojista, a taxa paga à operadora do cartão normalmente é embutida no preço final ao consumidor. Como esse preço é o mesmo para os dois tipos de consumidor (o que usa e o que não usa cartão), o preço final será uma média dos preços que prevaleceriam na ausência da restrição.

O senador Adelmir Santana (DEM-DF), por exemplo, defende o fim da obrigatoriedade de cobrar o mesmo preço nas diferentes modalidades de pagamento. Para ele, o Código de Defesa do Consumidor, ao classificar a venda por cartão de crédito como venda à vista, prejudica todo o empresariado, especialmente o pequeno comerciante. “E, do lado do consumidor, prejudica principalmente aqueles de menor poder aquisitivo, que não usam cartão”, disse o senador.

Adelmir expressou sua opinião na terça-feira passada, durante audiência pública conjunta das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A reunião foi realizada para discutir com especialistas dois projetos de lei do próprio Adelmir



MARCELO JUSTO/FOLHA IMAGEM

**Cartões e cheques: governo admite apoiar projeto se ficar comprovada que diferença entre preços beneficia consumidores**

que visam regulamentar o mercado de cartões de crédito.

O primeiro projeto (PLS 213/07) permite – mas não obriga – a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista.

Maria Beatriz Sales, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, salientou durante a audiência no Senado que, se

houver prova de que a diferenciação de preços será benéfica para o consumidor, o “ministério vai acolher a aprovação do Projeto 213”.

O segundo projeto de Adelmir (PLS 677/07) trata do compartilhamento da infra-estrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito. Quer dizer: cada loja teria um único terminal, em vez de duas, três ou até quatro máquinas.

## Brasil deve bater recorde de 100 milhões de cartões

O Brasil deve ultrapassar a marca de 100 milhões de cartões em circulação entre junho e julho deste ano, de acordo com pesquisa divulgada no dia 15 de maio pela Itaucard, empresa de cartões ligada ao Banco Itaú. Ao final de maio, previa-se um volume de 98,6 milhões de cartões, alta de 16,2% na comparação com maio de 2007, quando o movimento foi de 84,8 milhões (veja gráfico).

Já o volume de dinheiro movimentado por meio de cartões de crédito cresceu 50% até março de 2008, na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados de outra pesquisa, divulgada na segunda-feira passada pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). O saldo alcançou R\$ 53,3 bilhões, contra R\$ 35,7 bilhões de saldo registrado ao final de março de 2007 – em março de 2006, era R\$ 27,9 bilhões.

A pesquisa da Abecs aponta que a participação da compra parcelada sem juros cresceu 10 pontos percentuais nos últimos dois anos, passando de 55% das operações, em 2006, para 65% neste ano. Os 35% restantes são divididos entre a modalidade rotativa e o parcelado com juros.

Um dos motivos do forte crescimento de movimentação de recursos via cartão nos últimos anos é a queda do uso de cheques. Some-se a isso a facilidade de uso do “dinheiro plástico” e da ampliação dos pontos que aceitam a forma de pagamento, já que o risco de inadimplência é menor.

Mas, se o dinheiro movimentado aumenta, as dívidas também crescem. Segundo pesquisa da Serasa de abril, as dívidas com os bancos lideraram a representatividade da inadimplência nos primeiros quatro meses deste ano, com participação de 43,1% (ante 37,1% no ano passado), seguidas por dívidas com cartões de crédito e financeiras (31,5% de participação, ante 31,3% entre janeiro e abril de 2007). Os cheques devolvidos ficam em quarto lugar (23,1%, contra 28,9% no ano passado).

Em valores, as dívidas que mais cresceram foram justamente com cartões de crédito e financeiras – média de R\$ 433,62, alta de 25,4% em relação ao período entre janeiro e abril do ano passado.

## Audiência pública revela opiniões divergentes

Para a representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (ProTeste), Vanessa Vieira, a fixação de preços diferentes acabaria elevando os custos para os consumidores.

O presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), Félix Cardamone, lembrou que atualmente existe um preço único para qualquer produto colocado à venda (à vista ou a crédito) e que nada garante que o preço total da compra irá baixar, caso haja diferenciação de preços.

José Marciano, do Banco Central, disse que não é aconselhável o comércio trabalhar com preços diferentes, mas adiantou que o BC e o Ministério da Fazenda consideram que é preciso aprimorar o modelo de operação do mercado de cartões de crédito e estão concluindo estudos com essa finalidade.

Mas a experiência internacional parece corroborar a necessi-



Leomar Quintanilha (4º à esq.), presidente da CMA, entre os sete debatedores convidados

dade de acabar com a proibição de cobrar preços diferentes. Tal proibição foi abolida em países como Austrália, Holanda, México, Suécia e Reino Unido, conforme destacou um estudo recente elaborado pela Consultoria do Senado. E, nesses países, o repasse do custo para o consumidor foi baixo e não foi constatada redução no crescimento no uso de cartões.

Na Suécia, somente 5% dos estabelecimentos comerciais passaram a cobrar preços diferenciados. Na Holanda, a proporção situa-se próxima a 10% e, na Dinamarca, atingiu 20%, especialmente entre pequenas mercearias. Nos Estados Unidos, a diferenciação era comum

somente em postos de gasolina. Porém, essa prática foi sendo abolida ao longo dos anos.

### Terminal comum pode reduzir custos

Adelmir Santana também defendeu a existência de um único equipamento eletrônico para atender a todas as bandeiras de cartão de crédito que operam no país, como Visa e Mastercard (tema de seu PLS 677/07). Seria uma forma de reduzir os custos dos empresários.

Atualmente, o comerciante necessita ter um terminal específico para cada bandeira, o que representa um custo adicional para o estabelecimento, além dos 5% cobrados sobre cada venda

pela operadora do cartão.

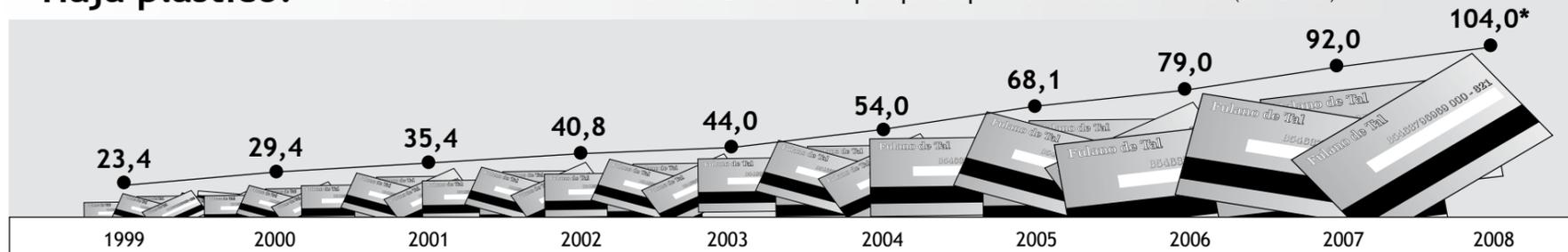
O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor do requerimento para a realização da audiência, defendeu o compartilhamento como forma de diminuir os custos dos empresários.

Carlos Thadeu Gomes, da Confederação Nacional do Comércio (CNC), defendeu a aprovação dos projetos de Adelmir Santana. Para ele, a diferenciação de preços e o compartilhamento de bandeiras ajudariam a reduzir os custos operacionais de todo o empresariado.

Antonio Rios, diretor da Abecs, acredita que sairia mais caro para o comerciante a existência de um terminal que abrigasse todas as “bandeiras”.

## Haja plástico!

Número de cartões de crédito no Brasil mais que quadruplicou na última década (em milhões)



**SERVIÇO SOCIAL** Proposta dos ministros da Educação e do Trabalho cria Fundo Nacional de Formação Técnica e Profissional, composto por parte da arrecadação de entidades como Senai e Senac, que passariam a seguir diretrizes legais para usar suas verbas

# Governo quer mudar emprego de recursos do Sistema S

A proposta do governo federal de modificar a aplicação de R\$ 4,8 bilhões anuais pelo chamado Sistema S, que reúne entidades privadas de serviço social e formação profissional mantidas com contribuições cobradas sobre a folha de pagamento das empresas, tem recebido mais críticas do que elogios. E é envolta nessa polêmica que proposta deverá ser debatida na Comissão de Educação (CE), em audiência ainda sem data marcada.

Devem participar do debate o ministro da Educação, Fernando Haddad; o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro; o vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Luiz Gil Siuffo Pereira; o presidente da Organização

das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio de Freitas; o diretor da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Geraldo Vianna; e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf.

Haddad e seu colega do Ministério do Trabalho, Carlos Lupi, lançaram a proposta em 27 de março. A idéia é induzir as entidades a usar o dinheiro na oferta de cursos profissionalizantes gratuitos de nível médio para alunos de escolas públicas ou com bolsa integral em estabelecimentos particulares. Os 2 milhões de vagas estimados beneficiariam ainda quem usa o seguro-desemprego.

Para isso, propõem a criação de um Fundo Nacional de Formação Técnica e Profissional (Funtep), formado por parte da arrecadação do sistema. Oitenta por cento dos recursos seriam distribuídos con-

## Proposta do Executivo é intervencionista, diz CNI

Desde os anos 40, quando foi iniciado o Sistema S, as administrações estaduais das entidades é que escolhem objetivos e prioridades e decidem como e com quem gastar. Descentralização e estabilidade de projetos, explica a Confederação Nacional da Indústria (CNI), são responsáveis pelo êxito do sistema. Na contramão, alega a CNI, o Funtep embute um cunho intervencionista e parte de premissas equivocadas ao criticar a gestão dos serviços sociais e de aprendizagem.

"O Funtep ameaça romper com uma cultura de atendimento e prestação de serviços de alta relevância para a expansão industrial, aumentará o déficit de recursos humanos qualificados, ampliará as desigualdades regionais devido à menor mobilidade do investimento para as novas regiões produtivas e haverá uma crescente desatualização tecnológica das indústrias", adverte a CNI.

Outro ponto polêmico vai além da questão do treinamento profissional. O Sesc, entidade do

forme o número de matrículas nos cursos gratuitos – o restante do dinheiro seria repartido conforme a população do estado.

No cenário proposto pelo governo, entidades como Senai e Senac passariam a seguir diretrizes fixadas em lei para o uso de suas verbas. Na visão dos empresários, a idéia é "estatizante" e ameaça não apenas o funcionamento do sistema, que existe há 60 anos, mas também, e em última instância, a própria competitividade da indústria.

As empresas de médio e grande porte destinam atualmente 2,5% da folha de pagamentos às entidades do Sistema S do setor em que atuam (indústria, comércio, transporte etc.), sendo 1,5% para serviços sociais e 1% para aprendizagem. No projeto do governo, faz-se a inversão desses percentuais e destina-se

1,5% ao Funtep, fundo federal que teria sua gestão administrada por um colegiado de governo, empresários e trabalhadores.

Em valores reais, a receita estimada de R\$ 8 bilhões neste ano no Sistema S, o governo quer mudar o destino de R\$ 4,8 bilhões, que na visão federal estariam sendo gastos "livremente" – leia-se, sem controle – pelas confederações empresariais. As entidades manteriam a autonomia no uso do restante da arrecadação tributária e de suas receitas adicionais com, por exemplo, a oferta de cursos pagos. "Pretendemos focar o sistema nas camadas sociais que dependem dele para se emancipar e, com isso, fomentar uma mudança de comportamento na inclusão de camadas sociais menos favorecidas em um ensino de qualidade", destaca Haddad.

sistema que mais investe em cultura (R\$ 403 milhões em 2007), teme a mudança, já que parte dos recursos hoje alocados para o setor social iria para as ligadas à aprendizagem (Senac, Senai). A rede nacional do Sesc inclui 208 teatros, 153 cinemas e 256 bibliotecas. Artistas se manifestaram também preocupados com a possibilidade de o Sesc perder a capacidade de financiar projetos culturais.

Independentemente de quem está com a razão no debate, o certo é que o Brasil precisa buscar novas formas de incentivar a formação de mão-de-obra, especialmente nas áreas técnicas. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou que, dos 9,1 milhões de pessoas que procuravam emprego no ano passado, 7,4 milhões não tinham qualificação adequada ao mercado. É por isso que empresas como a mineradora Vale precisam recorrer ao exterior para preencher alguns postos de trabalho qualificados.



Aluno de jardinagem e paisagismo do Senai de Taguatinga (DF): cursos são pagos, mas críticos alegam que muitos alunos são mantidos por convênios

## Haddad aposta em melhoria da formação profissional

O ministro da Educação, Fernando Haddad, acredita que a reforma do Sistema S permitirá a formação de 1,5 milhão de jovens técnicos por ano. Em declarações à imprensa, Haddad ressaltou que a proposta muda apenas a forma de divisão dos recursos das entidades para "assegurar a gratuidade" (que segundo o Sistema S já existe e é majoritária), mantendo a gestão com as próprias instituições.

– Não é um fundo público. É um fundo privado, no qual o saque se dá na medida da ampliação da gratuidade. O recurso arrecadado da sociedade deve financiar a gratuidade. Se a sociedade está pagando, o aluno deve ter acesso a um curso gratuito – sintetiza.

Para o ministro, a reforma permitirá oferecer aos jovens formação profissional técnica em nível médio, com perspectivas de inserção no mercado de trabalho. Uma providência essencial, como argumenta, diante da realidade educacional brasileira.

– Se nós cumprirmos a meta [prevista no Plano Nacional de Educação para 2011], que prevê a matrícula de 30% dos jovens nas universidades, estamos di-

zendo que 70% dos jovens não ingressarão no ensino superior – lembrou.

Pelas recentes declarações, fica clara a visão de Haddad de que a reforma dará qualificação profissional mais sólida do que a hoje oferecida pelos cursos do Senai e do Senac.

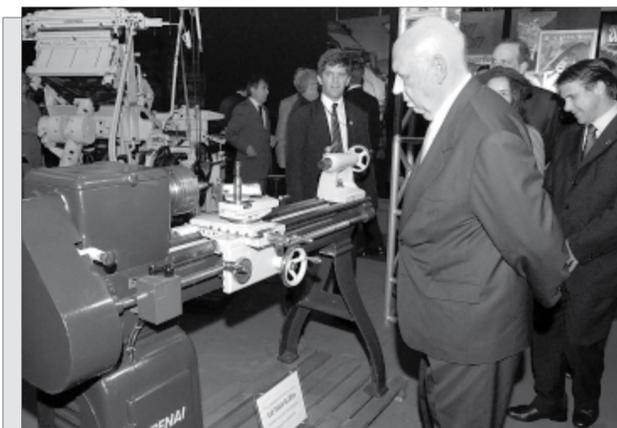
– A cada alteração do processo produtivo, o trabalhador terá, de novo, que ser qualificado. Mas se obtiver formação geral, associada à educação profissional, os custos de qualificação caem significativamente.

Participar de uma futura audiência pública no Senado é um passo da estratégia de Haddad, para quem a proposta precisa ser discutida "sem pressa nenhuma". Também pela imprensa, ele contestou dirigentes dos Senais e Senacs de diversas localidades do país que alegam não terem sido consultados antes da apresentação do projeto. Segundo o ministro, as discussões foram feitas com a representação nacional das entidades, que não têm um controle centralizado.

– Não dá para conversar com 120 pessoas, dos cinco S em 27 estados diferentes – alegou o ministro.



Fernando Haddad acredita que a reforma do Sistema S permitirá a formação de 1,5 milhão de jovens técnicos a cada ano



## Do Senai ao Planalto

Em exposição alusiva aos 200 anos da indústria, o vice-presidente José Alencar conheceu o torno do Senai no qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprendeu o ofício que seria determinan-

te para seu futuro, como ele mesmo diz: "Eu faço a ligação entre o meu curso de torneiro mecânico no Senai e minha vida política porque, se não fosse isso, eu não sei o que seria da vida."

## Os dois lados da polêmica



### O que alega o MEC

A oferta de qualificação profissional seria concentrada em cursos de curta duração.

Não haveria gratuidade, prejudicando os alunos das faixas mais pobres.

A cobrança de taxas pelos cursos levaria a uma elitização do público-alvo.

O formato do sistema Senai contribuiria para a preservação das desigualdades regionais

Falta transparência na destinação dos recursos, inclusive pelo poder público, aos órgãos sociais e de aprendizagem.

### O que diz o Senai

Os cursos ofertados pelo Senai obedecem à lógica das demandas da indústria e têm a duração adequada ao desenvolvimento das competências requeridas

O Senai, no geral, oferece 51% de matrículas gratuitas. No caso da aprendizagem industrial, 100% dos cursos são gratuitos.

Cerca de 70% dos alunos dos cursos de aprendizagem, qualificação e técnico do Senai são oriundos da rede pública

O maior volume de recursos (80%) do Sesi Nacional, oriundo de apenas sete regionais, é redistribuído para os outros 20 estados.

Balancos anuais das entidades detalhando a aplicação dos recursos estão sujeitos a oito instâncias de fiscalização, inclusive Ministério do Trabalho, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União

## Centrais sindicais consideram idéia positiva

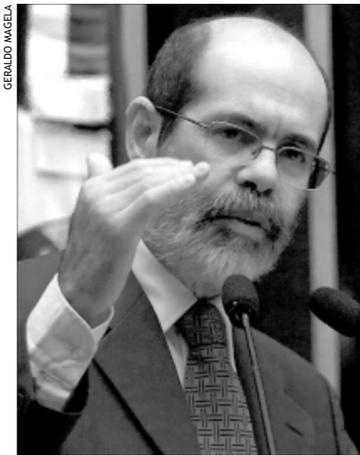
Dirigentes de três das maiores centrais sindicais – Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical e União Geral dos Trabalhadores (UGT) – já deram declarações favoráveis ao projeto do governo de criação do Funtep, ainda que nenhuma delas tenha anunciado apoio formal à proposta.

No site oficial da CUT, por exemplo, não ha nenhum endosso ao projeto. Mas o sindicalista Adeilson Telles, 1º secretário nacional da entidade, já declarou considerar "positiva" a idéia de formação de um conselho tripartite (governo, trabalhadores e empregadores) para gestão do Funtep. O presidente da Força Sindical, deputado Paulinho Pereira da Silva (PDT-SP), destacou o mesmo ponto. A central avalia que a proposta pode ajudar a solucionar o problema da falta de mão-de-obra especializada no Brasil.

O Brasil avançou no setor de tecnologia, as fábricas se modernizaram, mas os trabalhadores nunca tiveram a oportunidade de acompanhar esse investimento. Vários setores sofrem com o problema da falta de mão-de-obra qualificada – disse o deputado, que não descartou a possibilidade de apresentar emendas ao projeto.

Para Ricardo Patah, presidente da UGT, um dos aspectos mais interessantes é o que prevê o repasse de parte dos recursos do Sistema S às escolas públicas de ensino fundamental.

– Os recursos desse sistema são canalizados somente para algumas categorias profissionais. Não havia a participação ampliada da sociedade nesses recursos. A proposta é o início de uma mudança importante para o país.



Mesquita Júnior teme que governo venha a se apropriar dos recursos alcançados pelo sistema



Adelmir lembra que recursos públicos gastos por entidades são fiscalizados pelo TCU e pela CGU

## Senadores vêem tentativa de estatização

Críticas e sugestões esperam o ministro Fernando Haddad, quando for remarcada a audiência na Comissão de Educação. Empresário e vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio, Adelmir Santana (DEM-DF) foi o primeiro senador a repudiar a proposta do governo sobre o Sistema S, confiante que o Congresso Nacional removerá do texto o que ele considera "uma tentativa de estatizar uma coisa que vem dando certo nos últimos 60 anos".

– São instituições que muito têm contribuído com o processo de formação de mão-de-obra, processo esse reconhecido por todos nós, inclusive pelo presidente Lula, que, no passado, foi um dos alunos dos cursos do Senai de São Paulo, onde aprendeu o ofício de torneiro mecânico – ressaltou.

Os argumentos usados pelo governo, de que, pela legislação atual, a fiscalização das atividades do Sistema S seria dificultada, foram contestados por Adelmir. Na verdade, lembrou, todos os recursos públicos gastos pelas entidades são fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria Geral da União.

Também preocupado com a "tentativa do governo federal de apropriar-se de recursos do Sistema S", o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) vê no gesto uma retaliação, pela forma como as verbas são "bem administradas".

Para ele, é "duvidoso" o pretexto dado pelo governo – ampliar os serviços sociais e a qualificação profissional que essas entidades já promovem "há mais de meio século no Brasil, com incontestável sucesso".

## Proposta recebe críticas de entidades

Também fora do Congresso não são poucas as vozes discordantes em relação ao projeto que modifica a gestão de recursos do Sistema S. Entidades patronais da indústria e do comércio, ex-ministros e até artistas já se manifestaram contra a proposta.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE), da base do governo, já acusou o projeto de ser "intervencionista" e mascarar uma "estatização encubalada". Em documento com 70 páginas, intitulado "Proposta do MEC põe em risco competitividade da indústria", a CNI refuta as premissas sobre as quais o governo diz ter se baseado ao propor as mudanças (veja quadro).

Para o vice-presidente financeiro da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Gil Siuffo, um dos participantes confirmados na

– Tais críticas mostram desconfiança do governo em relação a seus próprios mecanismos de fiscalização.

Outra "afirmação equivocada", conforme Adelmir, seria a de que os cursos de formação oferecidos pelo sistema não estariam ao alcance da população mais pobre, por serem pagos. Ele citou o exemplo do DF, onde os 14 cursos técnicos oferecidos pelo Senac atendem, atualmente, a cerca de 3 mil alunos matriculados, dos quais 2 mil são bolsistas mantidos por convênio do órgão com o governo local.

– Não bastasse a insuportável carga fiscal, a maior que o país já conheceu e uma das mais extorsivas do mundo, a pretensão esconde uma irrefreável tendência do atual governo de estatização em áreas que não são de sua competência e, por isso mesmo, de duvidosa legalidade – protestou Mesquita Júnior, dando o testemunho que, no Acre, a atuação do Sesc e do Senac "é meritória, útil e indispensável à população".

O senador considera mais justo o governo ("que tem muito a aprender com o sistema") formar parcerias para partilhar a experiência acumulada pelas instituições que formam o sistema, mas não apropriar-se dos recursos que viabilizaram os resultados até hoje alcançados.

– O que não se concebe é o governo tentar truncar e se apropriar das fontes de receita do sistema para com elas continuar promovendo o discurso eleitoral fácil e os resultados inaceitáveis na área da educação como um todo, especialmente na área técnica e profissional – sustentou.

– Não bastasse a insuportável carga fiscal, a maior que o país já conheceu e uma das mais extorsivas do mundo, a pretensão esconde uma irrefreável tendência do atual governo de estatização em áreas que não são de sua competência e, por isso mesmo, de duvidosa legalidade – protestou Mesquita Júnior, dando o testemunho que, no Acre, a atuação do Sesc e do Senac "é meritória, útil e indispensável à população".

O senador considera mais justo o governo ("que tem muito a aprender com o sistema") formar parcerias para partilhar a experiência acumulada pelas instituições que formam o sistema, mas não apropriar-se dos recursos que viabilizaram os resultados até hoje alcançados.

– O que não se concebe é o governo tentar truncar e se apropriar das fontes de receita do sistema para com elas continuar promovendo o discurso eleitoral fácil e os resultados inaceitáveis na área da educação como um todo, especialmente na área técnica e profissional – sustentou.

Silva, chamou de "infeliz e inoportuno" o projeto de criação do Funtep. Segundo o empresário, trata-se de "uma intervenção indevida sobre um sistema que dá certo, e por isso não deve ser mexido".

– Os cursos do Sistema S são escolhidos por colegiados das diferentes entidades, e os resultados podem ser comprovados pelos números – argumenta.

Artistas também manifestam preocupação. A cantora Joyce classifica a possibilidade de redução de verbas para cultura como "muito grave".

– Mais que a perda de um grande espaço para nós, músicos, o Sesc distribui cultura de alta qualidade a preços populares. Prestam um serviço enorme, pois educação sem cultura não é educação, uma vida sem cultura embrutece a pessoa – declarou ela ao *Jornal do Brasil*.

## COMISSÕES

# Dívida com o Fies poderá ser rediscutida

Os empréstimos contraídos junto ao Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies) poderão ser renegociados quando o valor das prestações comprometer parcela elevada da renda do ex-estudante beneficiário. Essa revisão contratual está prevista em projeto (PLS 53/08) do senador Expedito Júnior (PR-RO) aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e que será analisado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator, Flávio Arns (PT-PR), observou que o Fies tem sido um importante instrumento utilizado pelo governo federal para permitir o acesso de um maior número de estudantes ao ensino superior. Há 20 anos, o número de concluintes de ensino médio mal alcançava 600 mil, enquanto hoje são 1,9 milhão de concluintes por ano, comparou.

Uma boa parte dos estudantes que concluem o ensino médio, segundo o relator, só encontra

uma vaga nas instituições privadas de ensino superior, onde já se registram mais de 3,5 milhões de matrículas anuais. Muitos alunos, porém, são levados a abandonar os estudos “em decorrência das dificuldades de arcar com os custos das mensalidades cobradas pelas instituições de natureza privada”.

Para o senador Romeu Tuma (PTB-SP), a aprovação do projeto vem em boa hora, pois o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acaba de anunciar a repactuação de dívidas contraídas por produtores rurais. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) anunciou que apresentará, na CAE, uma emenda ao projeto, destinada a permitir que o pagamento do Fies também possa ser feito por meio da



Expedito Júnior, autor do projeto, constata dificuldades da maioria em pagar prestações

prestação de serviços.

A proposta recebeu o apoio da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), para quem é importante o constante aperfeiçoamento do Fies. Por sua vez, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) registrou reportagem no jornal *Estado de Minas* segundo a qual muitos ex-estudantes têm encontrado dificuldade para pagar as prestações dos financiamentos que contraíram para concluir os seus cursos.

## Verbas indenizatórias divulgadas na internet

A Presidência da República, o Senado, a Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público serão obrigados a publicar mensalmente, via internet, os gastos com reembolso de despesa efetuada por servidor público no exercício da função

É o que prevê projeto de lei (PLS 671/07) aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), do senador Expedito Júnior (PR-RO), que obriga esses órgãos a divulgar dados sobre pagamentos das chamadas verbas indenizatórias.

A proposição, relatada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), agora será analisada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). No que diz respeito a casos de despesas definidas por lei como reservadas ou de sigilo funcional, o projeto permite que

os valores sejam divulgados de forma agregada.

Estão incluídos no texto os gastos com cartões corporativos, como já ocorre desde 2004 com a criação do Portal da Transparência ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)).

Zambiasi ressaltou que o Senado iniciou este ano a publicação de parte das informações em sua página na internet ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)), assim como já fazia a Câmara e algumas assembleias legislativas e câmaras municipais. Para ele, essas iniciativas representam o início do processo de transparência.

Na opinião do presidente da CCT, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), essa prática significa que o país amadureceu. Para ele, o homem pú-

blico deve ter sua vida aberta e disponível à sociedade.

A CCT também aprovou projeto de resolução que altera os critérios para concessão, permissão e autorização para execução de serviços de transmissão de rádio e televisão. A proposta, que segue para a Comissão Diretora e depois vai a Plenário, é do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e atualiza o Regimento Interno do Senado para adequá-lo à legislação vigente.

**ZPE DE GOIÂNIA** - O Poder Executivo foi autorizado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) a criar zona de processamento de exportação (ZPE) no município de Goiânia, como sugere projeto do senador Marconi Perillo (PSDB-GO). Perillo argumenta no projeto (PLS 729/07) que o estado de Goiás já demonstrou capacidade de inserção no mercado internacional e que as ZPEs podem se transformar em instrumentos de redução das desigualdades regionais.

## Aprovadas indicações de três embaixadores

Três indicações presidenciais para cargos na área diplomática foram aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo foi confirmada pela comissão no cargo de delegada permanente do Brasil em Genebra, onde se desenvolvem aproximadamente dois terços dos trabalhos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Além do escritório da ONU, funcionam na cidade suíça, entre outros organismos, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A acusação feita em países desenvolvidos de que a produ-

ção de biocombustíveis estaria entre as causas da falta de alimentos no mundo foi contestada por Maria Nazareth.

– Hoje se diz que os biocombustíveis prejudicam a produção de alimentos, mas isso não é verdade. Na África, onde não se produzem biocombustíveis, existe fome – ressaltou a embaixadora, em resposta ao relator Fernando Collor (PTB-AL).

Além de Maria Nazareth, Affonso José Santos, por sua vez, foi designado para o cargo de embaixador do Brasil no Congo, enquanto Fernando José Marroni de Abreu deverá ser embaixador na Jordânia. Os relatores dessas indicações foram, respectivamente, os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Romeu Tuma (PTB-SP).

## Missão do Senado vê ambiente favorável ao Brasil na África

Uma visita de dez dias a seis dos mais de 50 países africanos foi suficiente para deixar na delegação de quatro senadores uma certeza: a África está de portas abertas para parcerias com o Brasil e representa grande oportunidade para investimentos. A missão passou por Cabo Verde, Senegal, Guiné-Bissau, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Angola.

– Embora o Brasil não tenha feito durante muito tempo uma política de aproximação com os países africanos, eles insistem em querer o Brasil como parceiro. Sem fazer muita força, o Brasil vem conquistando espaços fantásticos nesses países – re-

sumiu Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e chefe da delegação composta também por João Pedro (PT-AM), José Nery (PSOL-PA) e Marconi Perillo (PSDB-GO), que é presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Segundo Heráclito, há muitas oportunidades para investimentos nos países africanos, que possuem “fortíssima empatia” com os brasileiros. Para Marconi Perillo, os estados brasileiros poderiam “adotar” determinados países africanos e colaborar mais efetivamente.

**BRASIL-FRANÇA** - Papaléo Paes (PSDB-AP) solicitou que a CRE e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debatam a situação de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Para Papaléo, a morte da brasileira Nerize Dias de Oliveira, quando era deportada da Guiana, chamou a atenção para o tratamento dispensado aos brasileiros que trabalham legal ou ilegalmente na Guiana Francesa.

**MERCOSUL** - O Parlamento do Mercosul está em busca de uma imagem. Para isso, vai promover um concurso internacional destinado à escolha de um logotipo que o identifique e dê uma mensagem institucional que o defina de uma forma concisa. O concurso está aberto aos cidadãos dos quatro países que compõem o bloco - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - e o prêmio é de 2 mil euros.

## Dois novos debates sobre mudanças climáticas

Até 17 de junho, quando encerra seus trabalhos, a Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas realizará duas audiências públicas. Para a primeira, nesta semana, serão convidados representantes dos ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores e da Casa Civil da Presidência da República. Na próxima semana, o tema será energia nuclear, com representantes do MCT, da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e do Greenpeace.

## Unger defende reforma trabalhista de Lula

As mudanças no cenário trabalhista brasileiro que estão sendo discutidas no governo são “as mais abrangentes e ambiciosas” nas relações capital/trabalho desde Getúlio Vargas, e o Congresso pode ser o palco de uma ampla discussão nacional sobre o tema e suas implicações.

A avaliação foi feita em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pelo ministro extraordinário do Núcleo Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, que pediu o apoio do Parlamento à reforma.

– É uma obra em construção, uma proposta que o governo e o presidente Lula querem ver debatida. E o lugar mais impor-



Mangabeira Unger e a vice-presidente da CAS, Rosalba Ciarlini, durante o debate: apoio do Parlamento é essencial, disse ministro

tante para debatê-la é o Congresso Nacional.

Em seguida, afirmou Unger, a discussão será com as organiza-

ções de trabalhadores, da cúpula e da base, lideranças dos pequenos e grandes empresariais e com a opinião pública em geral.

## Subcomissão ouve ministros sobre crise na Amazônia

A Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia aprovou um calendário de debates sobre o desenvolvimento sustentável da região. Entre os convidados, estão o novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc; da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger; os governadores Blairo Maggi (MT), Ana Júlia Carepa (PA) e Ivo Cassol (RO), além de representantes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

## COMISSÕES

## CCJ adia a votação de marco regulatório do gás

Uma série de emendas ao projeto de lei da Câmara que estabelece um marco regulatório para o setor de gás natural foi apresentada por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), em seu relatório na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Três das modificações sugeridas têm o objetivo de assegurar aos estados a exclusividade na distribuição do gás natural – o que, segundo afirmou, é garantido pela Constituição.

Já aprovado pela Câmara, o projeto (PLC 90/07) ainda terá de ser analisado por outras duas comissões do Senado, a de Assuntos Econômicos (CAE) e a de Serviços de Infra-Estrutura (CI), antes de ser votada em Plenário. Como houve pedido de vista coletiva, a proposta ainda não foi votada pela CCJ.

A primeira emenda, explicou,

visa resguardar o que prescreve o artigo 25 da Constituição: que apenas os estados podem atuar nos serviços locais de gás canalizado. A Constituição atribui à União a atividade de transporte, mas não a de distribuição. A segunda proíbe o importador de usar gás natural para consumo próprio, em suas atividades econômicas, sem a intermediação de uma concessionária estadual de distribuição, exceto se o próprio estado permitir.

A terceira emenda, segundo Jarbas Vasconcelos, tem a finalidade de “manter o atual regime de utilização de gás natural em refinarias e indústrias de fertilizantes da Petrobras”, ou seja, determinar que o gás continue sendo transportado diretamente de gasodutos para as unidades industriais dessa empresa que são usuárias finais.

## Comissão acolhe indicações de três ministros para o STJ

As indicações de Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes, Luis Felipe Salomão e Mauro Luiz Campbell Marques para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foram aprovadas pela CCJ e, agora, serão votadas pelo Plenário.

Geraldo Og, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, e Luis

Felipe, do Rio de Janeiro, foram indicados para vagas reservadas a desembargadores dos tribunais de Justiça. O procurador-geral de Justiça Campbell Marques, que atua no Ministério Público do Amazonas, foi indicado para vaga reservada a membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira.

### Debate sugere mais articulação para atender aos quilombolas

A política do governo para as comunidades quilombolas deve articular melhor órgãos de governo e sociedade nas ações voltadas à implementação de programas destinados aos remanescentes de escravos, concluíram os participantes de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A audiência encerrou ciclo de debates sobre a comunidade negra promovido pela comissão.

Participaram das discussões representantes da Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional do Ministério da Educação; da Procuradoria Geral da República, Débora Duprat; da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades; da Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; do Conselho Nacional de Promoção e Igualdade Racial; da Fundação Nacional da Saúde; de universidades e de comunidades quilombolas.

### Governo federal é contra criação de secretaria para o teatro

A proposta de criação de uma Secretaria Nacional do Teatro, apoiada por produtores teatrais durante audiência pública este mês no Senado, não deverá ter o apoio do governo. A iniciativa foi criticada pelo secretário de Incentivo e Fomento à Cultura do Ministério da Cultura, Roberto Nascimento, durante novo debate sobre tema, agora promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

A secretaria é um dos principais pontos do projeto da Lei Geral do Teatro que deverá ser apresentado nos próximos dias pelo presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), com o apoio de outros integrantes da CE. O texto estabelece ainda a concessão, até 2018, de incentivos fiscais para o patrocínio de obras teatrais cujos projetos tenham sido previamente aprovados pela secretaria.

**BOSSA NOVA** – O dia em que nasceu Tom Jobim, 25 de janeiro, passará a ser celebrado como o Dia Nacional da Bossa Nova, conforme projeto de lei da Câmara (PLC 96/07)

aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e relatado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). A proposta ainda deverá ser aprovada em Plenário.

# CPI dos Cartões tem relatório final na terça

A presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), anunciou que o relatório final da comissão será lido nesta terça-feira, às 10h.

Marisa Serrano informou que dará, em seguida, prazo para que os parlamentares analisem o relatório final do deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) – vista do parecer – antes de colocar não apenas este, mas outros eventuais relatórios paralelos, em votação.

Na quarta-feira, foram lidos os sub-relatórios apresentados pelos deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP), de Sistematização; e Índio da Costa (DEM-RJ), de Fiscalização. Luiz Sérgio disse que analisará os textos para decidir se os anexará às proposições finais. Entre as propostas de Sampaio está a de que todo gasto realizado indevidamente com cartão corporativo seja devolvido em dobro aos cofres públicos.

### Medidas para melhorar uso de cartões

Os sub-relatores destacaram, em seus relatórios parciais, sugestões e “alternativas concretas” no



Marisa (E), Carlos Sampaio e Índio da Costa, com as pastas dos relatórios parciais: sugestões para controlar e reduzir os gastos

sentido de melhorar a fiscalização e dar um fim ao uso irregular e indiscriminado dos cartões corporativos do governo federal. Os documentos não trouxeram novas revelações, além do que foi apurado ao longo das investigações da CPI mista.

Outra recomendação é a de descredenciar definitivamente os portadores de cartões corporativos (autoridades e os chamados ecônomos) que façam uso abusivo do instrumento.

Os deputados também constataram que, desde a sua implementação, os gastos feitos com cartões

corporativos do governo federal aumentaram ano após ano. No atual governo, por exemplo, saltaram de R\$ 3,6 milhões, em 2003, para R\$ 75,6 milhões em 2007.

– O governo gastou esse montante sem qualquer processo licitatório e, o que é pior, na sua maior parte, aproximadamente 60%, através de valores sacados em espécie, na boca do caixa. Muitos foram os ecônomos de diferentes unidades gestoras que, para nossa surpresa, utilizaram-se do cartão exclusivamente na modalidade saque – observou Carlos Sampaio.

## Rejeitadas acareação e todas as convocações

A CPI dos Cartões Corporativos rejeitou, por 11 votos a cinco, as propostas dos deputados Carlos Sampaio e Carlos Willian (PTC-MG) que determinavam uma acareação entre o consultor legislativo André Eduardo Fernandes e o ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil José Aparecido Nunes Pires. Os dois depoentes apresentaram à CPI versões conflitantes sobre o vazamento de informações sigilosas de gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Também foram rejeitados dez pedidos de depoimentos de envolvidos na elaboração ou na divulgação do suposto dossiê, inclusive dos servidores públicos Nélio Wanderlei Lacerda e Marco Pólo Rios Simões, que teriam testemunhado José Aparecido da Casa Civil, Erenice Guerra – braço-direito da ministra Dilma Rousseff –, como responsável pela elaboração do documento.

A presidente da CPI, senadora Marisa Serrano, afirmou que

“a ministra Dilma Rousseff não falou a verdade quando veio a esta Casa e disse que não havia dossiê” de gastos sigilosos do ex-presidente FHC. Para Marisa, já se sabe onde o dossiê foi feito e quem coletou os dados, mas falta saber quem o solicitou e com que objetivo.

– Negar a acareação não é civilizado, não é republicano.

O relator da CPI, deputado Luiz Sérgio, criticou a senadora por ter opinado sem deixar a presidência.

## MySpace monitora e censura conteúdo

Durante debate na CPI da Pedofilia, o presidente do *site* MySpace Brazil, Emerson Calegaretti, afirmou que a empresa monitora todas as 15 milhões de imagens e os 70 mil vídeos carregados mundialmente por dia no *site* de relacionamentos.

Em resposta a questionamentos do presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), Calegaretti informou que imagens e conteúdos indevidos são removidos em até 30 minutos, sendo as autoridades notificadas sobre a identificação do material.

O executivo ressaltou ainda que as páginas removidas, bem como as informações que permitem identificar o computador de onde foram postadas, são mantidas por

um ano, podendo ser requisitadas pelas autoridades judiciais.

O monitoramento, explicou ele, é feito por técnicos da empresa localizados em escritórios na Europa, na Ásia e nos Estados Unidos. Conforme disse, todas as imagens postadas passam por uma primeira verificação, na qual são identificados materiais suspeitos, e são depois enviados para revisão. Nessa segunda fase, imagens e conteúdos confirmados como inadequados são eliminados do *site*. A notificação à Justiça, disse, não é uma obrigação legal, mas uma política adotada pela empresa.

Ligado ao grupo de comunicação News Corporation, o MySpace é usado por 110 milhões de pessoas em todo o mundo e acessado

mensalmente por 3 milhões de brasileiros, dos quais 1,5 milhão têm perfil no *site*.

Além do monitoramento das imagens, a empresa mantém sistema de bloqueio automático de *sites* pornográficos. Calegaretti informou ainda que o MySpace disponibiliza *links* para permitir que os usuários façam denúncias de imagens pedófilas. Por meio de cruzamento de informações, completou, a empresa também monitora textos que contêm palavras indevidas.

Emerson Calegaretti confirmou que a empresa modificou seus procedimentos após enfrentar denúncias nos Estados Unidos, entre 2005 e 2006, de abrigar pedófilos entre seus usuários.

**CPI DAS ONGS** – A rejeição dos requerimentos para quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal de entidades e de pessoas supostamente envolvidas em casos de utilização indevida de recursos públicos está “comprometendo profundamente” os trabalhos da CPI das ONGs, lamentou o presidente

da comissão, senador Raimundo Colombo (DEM-SC). Para ele, apesar da existência de “um mundo de evidências de fortes indícios de irregularidades”, a CPI – cujos trabalhos foram iniciados em outubro do ano passado – não decola e não consegue ter resultados práticos nas investigações.

## PLENÁRIO

# Heráclito elogia decisão do Supremo

“Um dia histórico.” Foi como o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) classificou a quinta-feira, dia 29, data da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de liberar a realização de pesquisa e terapia com células-tronco embrionárias. Para o senador, aéctico seria a ciência jogar no lixo células-tronco não aproveitadas.

– Não podemos colocar as nossas convicções, incluindo as religiosas, a serviço do atraso.

Na opinião de Heráclito Fortes, a decisão do STF fará com que o Brasil não fique mais a reboque em relação às pesquisas com células-tronco. O senador disse que o Brasil, no setor, está atrasado dez anos em comparação aos grandes centros, e que os cientistas brasileiros vêm realizando as pesquisas com embriões importados, principalmente dos Estados Unidos.

Após destacar o papel do Congresso Nacional, especialmente do Senado, na aprovação da Lei de Biossegurança – que permitiu a realização de pesquisas com células-tronco –, Heráclito observou que resta agora aos parlamentares se conscientizarem da importância da decisão e canalizarem os recursos necessários para a realização das pesquisas.

O parlamentar lembrou que a decisão do Supremo irá, no futuro, beneficiar milhares de brasileiros que se encontram em cadeiras de roda, amparados por

muletas ou com doenças para cuja cura a medicina ainda não encontrou saída.

Os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e João Pedro (PT-AM) também aplaudiram a decisão do Supremo.



Heráclito: liberação de pesquisa com células-tronco ajudará milhares de brasileiros

## João Pedro ressalta o Dia do Geógrafo

O senador João Pedro (PT-AM) saudou o Dia Nacional do Geógrafo, comemorado em 29 de maio. Ele destacou a contribuição dos profissionais da Geografia na compreensão “da complexidade de um território continental como o Brasil” e elogiou o trabalho dos geógrafos da Amazônia, que realizam pesquisas e estudos para o desenvolvimento da região.

João Pedro saudou a criação, em Manaus, de cursos de mestrado e doutorado em Geografia, fruto de convênio entre a Uni-

versidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

– Os cursos formarão 58 mestres e doutores para atuar na Amazônia, parte de um ambicioso projeto de ciência e tecnologia que representa o esforço do governo Lula na formação de recursos qualificados para o desenvolvimento da Amazônia – ressaltou.

O parlamentar lembrou ainda a criação dos primeiros cursos de Geografia, na década de 1930, em São Paulo e no Rio de Janeiro, e

a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também saudou a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), que congrega os profissionais da área, e lembrou a atuação de Milton Santos, Manoel Correa de Andrade e Orlando Valverde. O parlamentar também destacou a passagem do Dia do Geólogo, celebrado em 30 de maio.

João Pedro manifestou ainda pesar pelo falecimento da integrante do Partido dos Trabalhadores Iolanda da Silva Brilhante.

## HOMENAGENS

## Senadores destacam o papel da indústria

O papel da industrialização no desenvolvimento do Brasil foi destacado pelos senadores que participaram da sessão especial que comemorou o Dia da Indústria, celebrado em 25 de maio.

A sessão contou com a participação do secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho; do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto; do presidente do conselho do Grupo Votorantim, Carlos Ermírio de Moraes; e do presidente nacional do Sebrae,

Paulo Okamoto.

César Borges (PRBA) lembrou ter sido o setor industrial o responsável pela renovação e modernização das relações sociais e trabalhistas brasileiras. Para Valdir Raupp (PMDB-RO), “o grande obstáculo à expansão industrial e ao crescimento econômico ainda é a política macroeconômica”.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) observou que, num país que ostenta uma das maiores burocracias do mundo, “é preciso ter muita coragem, iniciativa e disposição para fazer indústria”.

A homenagem foi proposta por

João Tenório (PSDB-AL), que defendeu uma reforma tributária, também ressaltada pelo líder do PP, Francisco Dornelles (RJ).

Adelmir Santana (DEM-DF) chamou a atenção para as agendas legislativas do chamado Sistema S.

Também participaram da homenagem os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Heráclito Fortes (DEM-PI), Cristovam Buarque (PDT-DF), Marco Maciel (DEM-PE), Mão Santa (PMDB-PI), Renato Casagrande (PSB-ES), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Pedro Simon (PMDB-RS).

## Adelmir quer proteger usuário de serviço público

Adelmir Santana (DEM-DF) anunciou a apresentação de projeto de lei (PLS 208/08) em defesa dos usuários de serviços públicos, ou, como explicou, daqueles que dependem de serviços prestados pela administração pública, como o fornecimento de atestados, certidões, nada-consta e seguro-desemprego, entre outros.

– O projeto estimula o aparato público a elevar os padrões de qualidade; atribui à sociedade voz e vez na definição desses padrões; e equilibra o relacionamento entre o Estado, todo-poderoso, e o cidadão, que hoje quase nada pode.

O senador explicou que o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) constituiu um marco no desenvolvimento das relações entre fornecedores de produtos e serviços e o público

consumidor. Entretanto, afirmou, o relacionamento entre público e prestadores de serviços da esfera pública escapa ao relacionamento típico de mercado, pois o fornecedor dos serviços é o próprio Estado, diretamente ou por meio de delegações, autorizações, concessões ou permissões a terceiros.

– Existe, nos serviços públicos, uma dimensão específica de direitos e de deveres, exigindo regramento especializado, que não cabe, nem poderia caber, no âmbito do Código de Defesa do Consumidor – afirmou.

Na opinião de Adelmir Santana, esse é o próprio entendimento da Constituição, que prevê edição de lei de defesa do usuário de serviços públicos, assim como o disciplinamento da participação do usuário na administração do serviço.

## Mão Santa pede conclusão do porto de Luís Correia

Mão Santa (PMDB-PI) voltou a pedir que o governo federal conclua as obras do porto de Luís Correia, no Piauí. O parlamentar afirmou que existem recursos orçamentários para o empreendimento e que ele próprio havia apresentado emendas ao Orçamento com esse objetivo.

Em seu discurso, Mão Santa leu carta enviada pela bancada federal do Piauí ao ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito do

Nascimento. No documento, a bancada solicita “o empenho e a liberação total dos recursos” da emenda que beneficia o porto de Luís Correia, no valor total de R\$ 17.895.200.

Como já havia feito anteriormente, o senador criticou o governo federal pelo fato de as obras ainda não terem sido concluídas. Ele recebeu o apoio de Heráclito Fortes (DEM-PI), o qual, por sua vez, criticou o governo do estado do Piauí pelo atraso.



Missa em memória de Jefferson Péres reuniu, quarta-feira, parlamentares e convidados no Salão Nobre do Senado

## Sessão no dia 24 lembrará o senador Jefferson Péres

O Senado realizará em 24 de junho, às 11h, sessão especial em homenagem à memória do senador Jefferson Péres (AM), que faleceu no dia 23 de maio. A decisão foi tomada pelo Plenário, ao aprovar dois requerimentos propondo a sessão: um de Cristovam Buarque (PDT-DF) e outro encabeçado por Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Vários senadores se pronunciaram em favor da realização da sessão especial, antecipando a homenagem que prestarão. Virgílio iniciou a série de pronun-

ciamentos enaltecendo as qualidades éticas de Jefferson Péres e lembrando a amizade que sempre uniu a sua família e a do colega de bancada do Amazonas.

Falaram também Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Epitácio Cafeteira (PTB-MA), Mário Couto (PSDB-PA), Romeu Tuma (PTB-SP), José Nery (PSOL-PA), Mão Santa (PMDB-PI), Kátia Abreu (DEM-TO), Jayme Campos (DEM-MT), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), João Durval (PDT-BA) e Augusto Botelho (PT-RR).

## Sociedade Pestalozzi de Niterói é homenageada

Por iniciativa do senador Flávio Arns (PT-PR), o Senado homenageou os 60 anos da Sociedade Pestalozzi de Niterói (RJ). Também foi organizada exposição sobre o trabalho da instituição, com obras de arte na Senado Galeria, até 3 de junho, produzidas por pessoas com deficiência.

Flávio Arns disse que a programação oferecida pelo Sena-

do é uma forma de reconhecer a trajetória da entidade, que é referência no atendimento das pessoas com deficiência em todo o país.

Em nome de Francisco Dornelles (PP-RJ), que não pôde comparecer, Paulo Duque (PMDB-RJ) classificou como exemplar o trabalho desenvolvido pela Pestalozzi de Niterói. Serys Shessarenko (PT-MT)

disse que a assistência prestada pela organização é uma forma de valorizar o ser humano.

Participaram também da homenagem os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (PTB-SP), Mão Santa (PMDB-PI) e o presidente da Subcomissão Permanente para Assuntos da Pessoa com Deficiência, Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

## Voz do Leitor

## DROGAS

“Para diminuir a criminalidade no país é preciso que o governo invista mais em política de segurança pública. É preciso unificar as polícias Militar e Civil, com o objetivo de combater a corrupção e o narcotráfico – e tornar sem efeito a lei que permite que o usuário não fique preso. As drogas são compradas e guardadas. Depois são utilizadas aos poucos, exatamente para impedir que alguém vá para a cadeia.”

**Laudelina da Silva, de São Paulo (SP)**

## CARGA TRIBUTÁRIA

“Informações publicadas recentemente pela imprensa deixam claro por que não haverá diminuição da carga tributária: enquanto a Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações] planeja baixar o valor do Fistel para estimular o uso do telefone pré-pago, o governo planeja utilizar este mesmo fundo para implantar a TV pública no país, onerando ainda mais a máquina pública.”

**Arnaldo Gomes Bianchini, de Monte Carmelo (MG)**

## DESMATAMENTO

“Está na hora de os políticos deixarem de se preocupar com coisas que só interessam a eles próprios e se preocupar com algo que é necessário a toda a Humanidade: a Floresta Amazônica. Como todos nós sabemos, a floresta vem sendo desmatada num ritmo preocupante e o governo não faz nada. Os fiscais do Ibama na região são poucos e não têm segurança para aplicar a lei. O Incra dá terra aos invasores e eles a desmatam sem controle algum. Será que os políticos não conseguem en-

xergar isso?”

**Emerson Figueiredo, de Campina Grande (PB)**

## PRECONCEITO

“Manifesto opinião favorável à aprovação do PLC 122/06, para que as barreiras do preconceito sejam superadas e rompidas e para ter uma sociedade brasileira com mais respeito, igualdade e tratamento igualitário aos direitos dos homossexuais. É necessário combater a violência e punir todos os que desrespeitarem os direitos dos homossexuais, por discriminação atentatória. Sugiro campanhas educativas do Senado Federal e do governo para pôr fim a essa discriminação.”

**Wellington da Silva Fernandes, de Brasília (DF)**

## MONOPÓLIO

“Por meio de privatizações quebrou-se o monopólio estatal das telecomunicações, com claros prejuízos aos consumidores. Agora, com a compra da Brasil Telecom pela Oi, voltamos praticamente ao monopólio, só que em mãos privadas, na certa com mais prejuízo desses serviços.”

**Sérgio Rodrigo Coelho Torres, de Petrópolis (RJ)**

## POLÍTICOS

“Beira ao escândalo essa briga de foice entre o PMDB e o PT pelos cargos nas estatais que integram o setor de minas e energia. E quem perde com isso é o Brasil, com essa afrontosa falta de compostura que mais uma vez envolve a nossa classe política. Até quando vamos suportar esse jogo de interesse que prevalece sobre os interesses do país?”

**Lourival Custódio, de Blumenau (SC)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## Pergunte ao senador

## REFORMA TRIBUTÁRIA

**Sérgio Augusto Maravalhas, de Curitiba (PR)**

“A atual política econômica desfavorece o povo e começa a dar sinais de inflação. Quando a reforma tributária será votada?”

O senador **Francisco Dornelles (PP-RJ)** responde:

O projeto da reforma tributária já foi aprovado pelo Senado. As medidas propostas irão simplificar a vida do contribuinte, reduzindo custos e diminuindo todas as obrigações acessórias. Por isso acredito que a reforma também será aprovada com facilidade pela Câmara. Defendo que todos os esforços devem ser feitos para o sucesso de uma ampla reforma tributária. Existem no país centenas de especialistas na matéria que podem, em prazo curtíssimo, preparar o esboço de um sistema tributário que preencha todos os requisitos doutrinários a ele inerentes – poucos impostos, inexistência de impostos em cascata, eliminação das incidências sobre exportação, exigibilidades decorrentes de fatos geradores de substância econômica (renda, consumo, patrimônio) e simplicidade administrativa. Mas é importante que cada um saiba da complexidade da matéria. Quanto ao prazo, eu espero que até o final do ano a proposta seja votada.



## Agora é lei

## Lei protege patente do cupuaçu

O cupuaçu, fruto do cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), agora é oficialmente designado fruta nacional. Após uma longa polêmica iniciada quando a empresa japonesa Asahi Foods fez um pedido de patente do cupuaçu no Japão e na Europa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.675, que reconhece como brasileira a fruta nativa da Amazônia pertencente à família do cacau, e usada na fabricação de doces, sorvetes e chocolates. Com essa legislação fica proibido o registro ou o uso indevido por outros países do nome “cupuaçu”.

O autor da proposta, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), justificou que pretendia destacar um componente da biodiversidade nacional ainda desconhecido por grande parte da população brasileira. “O Brasil é detentor de riqueza biológica extraordinária, e essa riqueza tem de trazer à nação desenvolvimento econômico e social”, defendeu o senador. O projeto foi apresentado em 2003, reforçando a campanha “O cupuaçu é nosso”, lançada por organizações não-governamentais que atuam na Amazônia.

Em 2000, a empresa japonesa Asahi Foods, além da iniciativa de tentar patentear o cupuaçu, registrou a marca “cupulate” (tipo de chocolate feito com amêndoas de cupuaçu, desenvolvido no Brasil) como sua propriedade. Os pedidos provocaram grande polêmica, o que levou o departamento do governo japonês responsável pelo registro de patentes a recusar o pedido da empresa para o processo de obtenção da marca.

O cupuaçu é usado na culinária da região amazônica, principalmente no Pará, e ganhou consumidores em outras regiões nos últimos anos. Dele se fazem sucos, cremes, sorvetes, geléias, doces e, mais recentemente, chocolate. A colheita do cupuaçu ocorre entre os meses de janeiro e março, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Entidades como a Embrapa e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) comemoraram a sanção da lei. O diretor da Ceplac, Gustavo Moura, sugeriu que outras plantas com valor econômico e social sejam protegidas, como o cacau e a seringueira.

## Frases

“Eu acho que tem mais possibilidade de passar a CSS que a CPMF, que foi rejeitada. Ela vem como uma emenda complementar, precisa de um quórum menor de senadores para ser aprovada. E vem carimbada como recursos que serão para a saúde, ao contrário da CPMF”

**Garibaldi Alves**, sobre a proposta da Contribuição Social da Saúde.

“Temos que bater à porta da Justiça. Essa coisa de recriar a CPMF parece piada”

**Jarbas Vasconcelos**, sobre a iniciativa do governo de apresentar a CSS.

“Estamos com a luz amarela acesa e todo cuidado é pouco”

**Paulo Paim**, sobre a alta da inflação.

“Quando o britânico *The Independent* diz que a Amazônia é muito importante para ser deixada com os brasileiros, está pregando, na verdade, que ela precisa ser tomada dos brasileiros”

**Valter Pereira**, temeroso de que a soberania da Amazônia estaria ameaçada.

“Não podemos colocar as nossas convicções, incluindo as religiosas, a serviço do atraso. Aético seria a ciência jogar no lixo células-tronco não aproveitadas”

**Heráclito Fortes**, apoiando a decisão do Supremo de liberar a realização de pesquisa e terapia com células-tronco embrionárias.

“Nós não queremos a devastação. Nós queremos que, por meio de um zoneamento econômico e ecológico e de uma regularização fundiária, seja possível fazer a utilização ecologicamente correta de áreas já alteradas da Amazônia”

**Flexa Ribeiro**, relator da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia.

## Foto da Semana

O Dia Nacional da Mata Atlântica foi comemorado em café da manhã na Câmara dos Deputados. A senadora Serys Slhessarenko e o senador Renato Casagrande participaram do encontro, organizado pela Frente Parlamentar Ambientalista, coordenada pelo deputado Sarney Filho, em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica



J. FREITAS

## Rádio Senado conversa com Paulinho Pedra Azul

O cantor, compositor, poeta e ficcionista Paulinho Pedra Azul é o entrevistado deste sábado do *Escala Brasileira*, que a Rádio Senado leva ao ar às 20h. Nascido no Vale do Jequitinhonha, na cidade que incorporou ao nome - Pedra Azul (MG) -, ele iniciou a vida artística aos 13 anos, nas artes plásticas, e depois enveredou pela poesia e pela música. Na década de 70 mudou-se para São Paulo e lá morou por dez anos, período em que trabalhou com o cantor e ator Saulo Laranjeira. Em 1982, lançou seu primeiro disco, o LP *Jardim da fantasia*. Retornou em seguida a Minas e foi morar em Belo Horizonte. Sua música registra influências que vão desde os Beatles até o mineiro Clube da Esquina. Ao longo de mais de 15 anos de carreira vendeu mais de 300 mil discos, a maioria em produções independentes. Em 1999, uma pesquisa o elegeu como o segundo cantor mais conhecido de Minas Gerais, depois de Milton Nascimento. Em 2000 teve a composição *Tele-fome* gravada pelo grupo de rock Jota Quest. Em 2001 apresentou-se no CBBB no Rio de Janeiro junto com outros artistas mineiros, como Fernando Brandt, Tavinho Moura e Mestre Tizumba. Já teve músicas gravadas por Diana Pequeno, Rosa Maria, Dércio Marques, Pena Branca e Xavantinho, Déo Lopes e Rubinho do Vale. No programa, Paulinho Pedra Azul toca, entre outras, *Esperando a feijoadá*, *Recado para um amigo solitário*, *Mareando*, *Ave cantadeira* e *Boas notícias*.



Governo e sociedade procuram facilitar o encontro entre crianças sem lar e pais adotivos

# Adoção: esperança para 80 mil crianças

Pelo menos 80 mil crianças e adolescentes brasileiros vivem em abrigos, longe de suas famílias biológicas. A lei garante a todos eles o direito à convivência familiar e comunitária, e prevê sua inserção em famílias substitutas. Milhares também são os adultos que buscam ter um filho por adoção, daí o surgimento

de iniciativas para facilitar esse encontro. Recentemente o Conselho Nacional de Justiça lançou o Cadastro Nacional de Adoção, que vai unificar os bancos de dados sobre crianças aptas a serem adotadas e sobre adultos pretendentes. Na sociedade, grupos de apoio se mobilizam em torno da questão. No Congresso,

multiplicam-se as propostas para aperfeiçoar a legislação relativa ao tema.

Esse é o foco do programa especial *Do abrigo ao lar. Perspectivas para a adoção de crianças e adolescentes no Brasil*, que a Rádio Senado apresenta nesta sexta-feira, às 18h, com reprise no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h.

## Advogada explica o que é guarda compartilhada

A Câmara aprovou no mês passado projeto que determina a guarda compartilhada, regime em que os pais separados dividem igualmente a responsabilidade pela criação dos filhos. A advogada Suzana Viegas explica, no *Fique por Dentro da Lei*, da Rádio Senado, os detalhes da nova legislação. Nesta terça, às 8h30.

## Programa reprisa entrevista com Zélia Gattai

*Autores e Livros*, da Rádio Senado, reprisa neste sábado, às 15h, e no domingo, às 9h, entrevista com a escritora Zélia Gattai, que faleceu em 17 de maio, aos 91 anos. Sua obra mais conhecida é *Anarquistas, graças a Deus*.

## Serys fala ao Senado Economia nesta segunda

O *Senado Economia*, nesta segunda, às 8h30, entrevista Serys Shlessarenko (PT-MT), relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Serys comenta na Rádio Senado a proposta de criação do Fundo Soberano, e opina ainda sobre desmatamento e a discussão entre o governador Blairo Maggi e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

## Conexão discute volta do imposto do cheque

Um novo imposto destinado à saúde será examinado nesta semana pela Câmara: a Contribuição Social para a Saúde (CSS), com alíquota de 0,1%. Na prática, ela recria a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), extinta pelo Congresso e que tinha um percentual de 0,38%. Segundo os governistas, essa é a única forma de garantir mais recursos para a saúde. Já para a oposição, as despesas criadas pela Emenda 29 podem ser cobertas pela arrecadação. A CSS é ou não necessária? Esse é o tema do *Conexão Senado* que a Rádio Senado apresenta nesta segunda, às 12h.

## Do Norte ao Sul do país, mas sempre baiano

No *Brasil Regional* que a Rádio Senado leva ao ar neste domingo, às 8h, o assunto é o baiano, nascido da fusão da dança africana com a indígena e a portuguesa. Sempre praticado no Nordeste, o baiano atravessou com sucesso as fronteiras do país, praticamente sem transformação, mantendo seus principais passos: passos de calcanhar, passo de ajoelhar, rodopio e balanceios.

No programa os ouvintes poderão apreciar, entre outros clássicos do gênero, *Domingando*, com Yamandu Costa e Dominginhos; *Forró do Zé/O xote das meninas/Sofôna Véia/Paraíba*, com o Coro de Câmara Villa-Lobos; e *O canto da ema*, com Carlos Malta e Pife Muderno.

### SÁBADO

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - Ecosenado  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado (reprise)  
7h15 - Ecosenado (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração (reprise)  
8h30 - TV Brasil Internacional  
Hecho a Mano  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - Ecosenado (reprise)  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Música  
15h30 - Mesa Brasileira  
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos  
17h40 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - Ecosenado (reprise)  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Especial (reprise)  
22h40 - Diplomacia  
23h30 - De coração (reprise)  
24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - Ecosenado (reprise)  
2h30 - Diplomacia -  
3h30 - Cidadania Entrevista -  
4h - Leituras  
4h30 - De coração (reprise)  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De coração (reprise)  
9h - Diplomacia  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
11h - Alô Senado  
11h15 - Ecosenado (reprise)  
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural (reprise)  
16h - Mesa Brasileira (reprise)  
17h - Diplomacia  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Música  
20h30 - Leituras  
21h - Mesa Brasileira (reprise)  
22h - Especial (reprise)  
23h10 - Parlamento Brasil  
23h40 - De coração (reprise)  
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

### SÁBADO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
9h - Prosa e Verso  
9h30 - Música e informação  
10h - Reportagem Especial  
10h30 - Música e informação  
11h - Música Erudita  
12h - Senado Resumo  
12h30 - Música e informação  
14h - Cine Musical  
14h15 - Música e informação  
15h - Autores e Livros  
15h20 - Música e informação  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Senado Resumo  
19h30 - Música e informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e informação

22h - Cine Musical  
22h15 - Música e informação

### DOMINGO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
9h20 - Música e informação  
10h - Cine Musical  
10h15 - Música e informação  
11h - Música do Brasil  
12h - Música e informação  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Prosa e Verso (reprise)  
16h30 - Música e informação  
17h - Reportagem Especial  
17h30 - Música e informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

### Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo  
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)  
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).  
ANTENA PARABÓLICA  
Sistema analógico: Satélite - B1  
Transponder - 11 A2  
Polarização: Horizontal  
Frequência - 4.130 MHz  
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical  
Frequência - 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz  
Antena - 3,6 m  
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio  
Digital NTSC MPEG-2 DVB  
Symbol Rate - 3,2143Ms/s  
FEC - 3/4

### Como sintonizar

FM  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas  
ONDAS CURTAS  
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG  
INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player  
ANTENA PARABÓLICA  
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## SENADO

# Simpósio avalia 20 anos da Constituição federal

Debates e palestras de parlamentares e especialistas de várias instituições, lançamento de livros e exposição de fotos integram a programação do Simpósio Brasileiro de Estudos Constitucionais, que ocorre nos dias 3 e 4 de junho, no auditório do Interlegis, em comemoração aos 20 anos de promulgação da Constituição federal.

Promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), com o apoio

da Consultoria Legislativa do Senado, o evento terá como temas: "O Poder Legislativo e o Estado contemporâneo", "Poder Legislativo e sistemas de governo", "A influência dos sistemas eleitorais na composição e no desempenho do Poder Legislativo", "O controle parlamentar da administração pública", "Limitações e prerrogativas da atividade parlamentar" e "O controle judicial da atividade parlamentar".

Durante o simpósio, ocorrerá a exposição *Constituição Cidadã*

– 20 anos, que reúne imagens de um dos períodos mais importantes da história política brasileira, com personagens e momentos marcantes dos 19 meses de trabalho da Assembléia Constituinte.

Nesta terça-feira, será lançado o livro *Quadro comparativo da Constituição brasileira 1988 – 2008*. O estudo, organizado por Aderson Pimentel, Ariston Xavier e Susi Ribeiro, assessores do ILB, traz as alterações produzidas nos quase 20 anos de vigência da Constituição.

## Simon recebe alunos de Campinas no ILB

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) recebeu na semana passada alunos do Ensino Médio da Escola Comunitária de Campinas (SP) para uma aula sobre a atividade e o papel do parlamentar e o Poder Legislativo. Um dos objetivos do encontro, realizado no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), foi incentivar os estudantes a participar da política.

Após a exposição, Simon respondeu a perguntas dos estudantes. Sobre o fim do voto secreto no Congresso, disse que a votação deveria ser aberta, para que o eleitor saiba como vota o parlamentar que elegeu.

Sobre reeleição, que ele classificou de "absurdo", afirmou que o Brasil precisa parar de discutir um terceiro mandato para presidente da República e colocar em pauta problemas como educação e saúde.

Perguntado sobre a educação no país, o senador lamentou a situação das escolas públicas, segundo ele, ainda longe da ideal. E citou parlamentares que lutam pela educação, como o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).



Na quinta-feira, um dia depois de protocolada, foi arquivada a representação feita pelo PSOL para que fossem investigadas denúncias contra o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) por suposto tráfico de influência, peculato e uso de caixa dois na campanha eleitoral de 2006. A decisão da Comissão Diretora foi comunicada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, que explicou que a Mesa tem a prerrogativa de receber e de se pronunciar sobre a admissibilidade de representações desse tipo. No caso de Marconi, a Mesa entendeu que a representação não preenchia as formalidades, não tinha consistência, e que um senador não pode ser denunciado ao Conselho de Ética por fatos anteriores ao exercício do mandato. A Mesa diretora aprovou ainda alterações no recebimento de denúncias contra senadores, que seriam apresentadas diretamente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, e não mais primeiramente à Mesa, como ocorre hoje. A decisão ainda precisa ser confirmada pelo Plenário.

## Exibidor quer mudar direito autoral

Representantes de exibidores cinematográficos pediram ao 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR) – que representou o presidente Garibaldi Alves –, a retomada da apreciação do projeto (PLS 532/03) que trata de direitos autorais relativos a trilhas sonoras de filmes. Os empresários querem que o pagamento do direito autoral sobre as músicas usadas em filmes incida apenas sobre a contratação de seu uso pela produção – e não sobre a bilheteria.

**RÚSSIA** - O vice-presidente do Senado, Tião Viana, respondendo interinamente pela Presidência da Casa, recebeu na sexta-feira o deputado Alexander Torshin, vice-presidente do Conselho da Federação do Parlamento da Rússia. Eles conversaram sobre o estreitamento dos laços de amizade entre os dois Parlamentos.

**SOCIEDADE** - Por iniciativa do presidente do Senado, Garibaldi Alves, um grupo de trabalho da Casa está prestes a concluir estudo destinado a propiciar maior interação entre a sociedade e o processo legislativo. Conduzida pela Secretaria Geral da Mesa, a iniciativa visa colocar na internet o conteúdo, e não apenas o andamento, das proposições em deliberação no Senado.



Aberto por Garibaldi Alves, evento constará de debates e palestras, lançamento de livros e exposição de fotos

## Planejamento estratégico em debate no Interlegis

O Interlegis sediou na quinta-feira o 1º Seminário de Planejamento Estratégico, organizado com o objetivo de estimular os 18 órgãos públicos que compõem a Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle (TIControl) a aperfeiçoarem os processos de planejamento estratégico de suas atividades. A TIControl reúne representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério

Público e da Advocacia Geral da União.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou da abertura do evento ao lado do diretor da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), Evaldo Gomes Carneiro Filho; do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia; do diretor-adjunto do Prodasen, Deomar Rosado; e do analista de sistemas do Tribunal de Contas da União Cláudio Silva da Cruz.

## Coletânea analisa eleições na América Latina

A coletânea *Processos eleitorais na América Latina 2005-2006* foi lançada na quarta-feira na Biblioteca Luiz Viana Filho. Com 16 ensaios, o livro organizado pelo jornalista e mestre em Ciência Política Nelson Pentead e pelo doutor em Ciências Sociais Carlos Ugo Santander traz ainda a contribui-

ção de outros cientistas políticos, de várias nacionalidades.

A idéia da publicação surgiu no Congresso de Latino-Americanistas, realizado em Bruxelas em 2007, assim como a criação do Centro de Estudos da América Latina, uma rede de pesquisadores de diversos países sobre o

assunto.

O evento foi promovido pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), e os dois autores agradeceram especialmente ao presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI), e ao senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pelo apoio dado ao lançamento da obra.

## Concurso para o Senado terá quatro editais e provas em sete cidades

O concurso para preenchimento de 150 vagas no Senado, segundo o diretor-geral adjunto da Casa, José Gazineo, terá quatro editais e provas em sete capitais, em razão das especificidades dos cargos oferecidos e da expectativa de inscrição de um grande número de concorrentes. Os edi-

tais definirão regras para seleção nas áreas de processo legislativo e administração; consultoria de orçamento e advocacia; comunicação; e tecnologia da informação. As provas ocorrerão em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Belém.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta  
**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro  
**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### JORNAL DO SENADO

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves  
**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar

**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e Atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

**Agência Senado**

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

**www.senado.gov.br/jornal**

E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

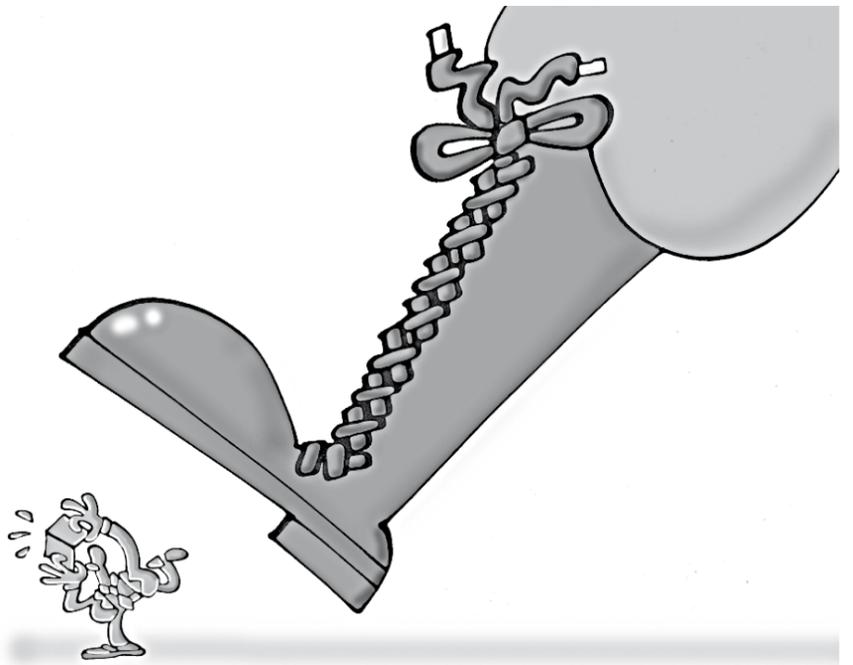
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Atuação do policial tem regras claras

A preocupação com a definição de regras para a atuação da polícia que respeitem os direitos humanos levou a Assembleia Geral das Nações Unidas a criar códigos de conduta e de uso de armas pelos policiais. Baseados nesses códigos, diversos países já criaram normas e procedimentos para garantir o respeito aos direitos dos seus cidadãos e para dar segurança ao policial na execução das suas tarefas. No Brasil ainda não existe um manual detalhado, mas a Constituição e as leis vigentes dão diretrizes claras para a atuação do policial. Saiba quais são as principais normas e como se comportar no relacionamento com o policial.



## Direitos básicos dos cidadãos estão previstos na Constituição

A Constituição federal estabelece as bases do relacionamento entre o cidadão e o policial, quando define quais são as garantias individuais a serem dadas a todos os brasileiros.

- Todos são iguais perante a lei e têm garantidos os direitos à vida, à liberdade e à segurança.
- Não se pode obrigar uma pessoa a fazer ou deixar de fazer qualquer coisa se isso não estiver previsto em lei.
- Ninguém pode ser torturado ou submetido a tratamento desumano ou

degradante.

- Todos têm o direito de se locomover no país, respeitadas as leis.
- Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas.
- Ninguém pode ser privado da sua liberdade ou dos seus bens sem o devido processo legal.
- Em qualquer processo, não são aceitas provas obtidas por meios ilícitos.
- Ninguém pode ser considerado culpado até que haja uma sentença da qual não seja possível recorrer.

## Força física, só a necessária

O policial civil e o militar agem em nome do Estado, que os autoriza, por lei, a usar a força, se necessário, para garantir a proteção dos cidadãos e do patrimônio. As regras são claras, e o policial não pode:

- Usar de força física desnecessária com qualquer pessoa, ainda que ela tenha cometido crime grave. Nos casos em que for absolutamente necessário, o policial pode usar de força para, por exemplo:
  - defender a sua própria vida ou a de terceiros contra ameaça iminente de morte ou de ferimento grave;
  - impedir crime que envolva séria ameaça à vida ou ao patrimônio;
  - efetuar a prisão ou impedir a fuga de alguém que tenha cometido crime e que resista à força policial.
- Em todos esses casos, o policial deverá usar de força física necessária e gradativa, podendo chegar ao uso de arma de fogo, quando os outros meios menos extremos forem insuficientes.
- Coagir qualquer pessoa a responder perguntas ou a confessar crime.
- Entrar em qualquer residência sem o consentimento do morador, exceto em caso de **flagrante delito**, para efetuar a prisão e/ou prestar socorro, ou de desastre, para prestar socorro.
- Mesmo tendo mandado, entrar à noite na casa de um cidadão sem o seu consentimento – nas residências, os mandados só podem ser cumpridos entre 6h e 18h.

Considera-se em flagrante delito a pessoa que está cometendo ou acaba de cometer um crime; está sendo perseguida (logo depois de praticar o crime); ou é encontrada, logo depois do crime, com os instrumentos usados para praticá-lo.

- Prender alguém sem ordem judicial, exceto nos casos de flagrante delito.
- Tratar qualquer pessoa com desrespeito ou agressão verbal.
- Levar para a delegacia ou prender o cidadão pelo simples fato de ele não estar com um documento de identidade.
- Abordar e revistar cidadão, ou veículo, sem suspeita fundamentada ou evidência de flagrante delito. As *blitzes*, por exemplo, só se justificam legalmente se forem realizadas para fiscalizar as condições dos veículos e dos motoristas com relação às normas de trânsito, e não para abordar pessoas ou veículos sobre os quais não recaia qualquer suspeita. Esta é a maior fonte de reclamações dos cidadãos, já que a existência de suspeita pode ser uma decisão bastante subjetiva em certos casos.
- Se não estiver em serviço, usar da condição de policial para entrar em cinemas, bares, restaurantes, boates e outros estabelecimentos comerciais, ou eximir-se de pagar entrada ou produto consumido. Para cumprir uma missão, o policial pode entrar em qualquer estabelecimento comercial, devendo, para tanto, identificar-se, pagar o que consumiu e não levar consigo acompanhante não policial. Outra regra é que as mulheres devem ser revistadas apenas por policiais do sexo feminino.

*O funcionário público que praticar violência no exercício da sua função, ou a pretexto de exercê-la, está sujeito a pena de detenção de seis meses a três anos, além da pena correspondente à violência cometida.*

## Respeito mútuo garante mais segurança

A Constituição atribui a cada cidadão o dever de manter a ordem e proteger a integridade das pessoas e do patrimônio. No relacionamento com policiais, faça a sua parte:

- Respeite o policial, tratando-o com dignidade e consideração, e não discuta com ele desrespeitosamente, sob pena de cometer crime de **desacato**.
- Identifique-se quando for solicitado e procure andar sempre com um documento de identidade, com fotografia, para evitar mal-entendido que acabe por levá-lo à delegacia.
- Submeta-se sem resistência à revista pessoal ou busca determinada pelo policial, mesmo que a considere desnecessária.
- Ao dirigir, leve sempre a carteira de motorista e os documentos do veículo.
- Conte o que testemunhou (ninguém pode calar ou mentir quando for testemunha de crime) e atenda às intimações feitas pela polícia.

A pessoa que desacatar funcionário público no exercício da função, ou em razão dela, está sujeita a pena de detenção de seis meses a dois anos, ou multa.

## Prisão, só cumprindo as normas

Ao prender alguém, o policial deve:

- Informar ao preso os seus direitos, entre os quais o de permanecer calado.
- Informar a ocorrência da prisão e o local para onde a pessoa foi levada ao juiz competente, ao representante do Ministério Público, ao defensor público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- Garantir que o preso possa receber a assistência da família e de advogado.
- Informar seu nome completo e identificação funcional caso o cidadão o solicite (toda pessoa tem o direito de saber quem a abordou, revistou, prendeu, interrogou etc.).
- Encaminhar a pessoa que sofreu agressão física ao Instituto Médico Legal (IML), para realização de exame de corpo de delito. Embora em desuso, as contravenções de vadiagem e mendicância, previstas na lei em vigor, de 1941, também permitem a prisão em flagrante.

## Em caso de abuso, denuncie

Caso se sinta vítima de abuso por parte de policial, faça o seguinte:

- Se possível, anote o nome e o endereço das testemunhas dos fatos e o número do prefixo ou placa da viatura.
- Dirija-se imediatamente à delegacia mais próxima e exija do delegado o registro da ocorrência. Peça também o encaminhamento ao IML, caso tenha sofrido lesões corporais aparentes.
- Se não for atendido satisfatoriamente, dirija-se imediatamente à Corregedoria Geral das polícias Civil, Militar ou Federal, conforme o órgão do policial agressor, e ao Ministério Público do seu estado para comunicar a ocorrência (esses órgãos costumam trabalhar em regime de plantão 24 horas por dia).

### Saiba mais

**PL 1.949/07** - Em tramitação na Câmara dos Deputados, propõe uma legislação única para a atuação da polícia civil, válida para todo o país (hoje cada estado tem suas próprias regras).

Organização das Nações Unidas  
Códigos para atuação de policiais  
Resoluções 34 e 169/1979; e 45 e 166/1990  
[www.un.org/documents/resga.htm](http://www.un.org/documents/resga.htm)

**Ministério da Justiça**  
Esplanada dos Ministérios, bloco T, edifício-sede - Brasília (DF) - CEP 70064-900  
061 3429-3000 - [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)

**Fórum Brasileiro de Segurança Pública**  
[www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br)

### Legislação

Constituição federal  
[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)  
Código de Processo Penal - Decreto-lei 3.689/1941 - [www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm)  
Lei das Contravenções Penais - Decreto-lei 3.688/1941 - [www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3688.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3688.htm)